

NATHALIA CARVALHO MOREIRA

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E O EMPODERAMENTO
DAS MULHERES EM MINAS GERAIS**

**Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das exigências
do Programa de Pós-Graduação em
Administração, para obtenção do título de
Magister Scientiae.**

**VIÇOSA
MINAS GERAIS - BRASIL
2010**

NATHALIA CARVALHO MOREIRA

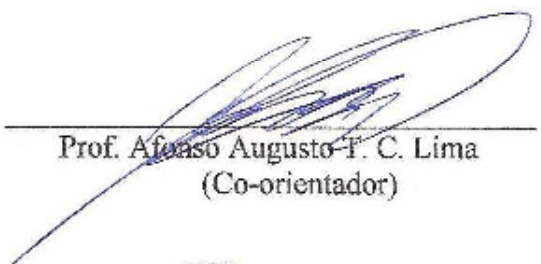
**Programa Bolsa Família e o empoderamento das mulheres em
Minas Gerais**

Dissertação apresentada à Universidade
Federal de Viçosa, como parte das exigências
do Programa de Pós-Graduação em
Administração, para obtenção do título de
Magister Scientiae.

Aprovada em: 12 de agosto de 2010



Prof. Maria de Fátima Lopes
(Co-orientador)



Prof. Afonso Augusto T. C. Lima
(Co-orientador)



Prof. Karla Maria Damiano Teixeira



Prof. Edson Arlindo Silva



Prof. Marco Aurélio Marques Ferreira
(Orientador)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Marco Aurélio Marques Ferreira.

Aos meus co-orientadores, Professor Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima, Professor Ivan Beck Ckagnazaroff e Professora Maria de Fátima Lopes.

À Professora Karla Maria Damiano Teixeira e ao Professor Edson Arlindo Silva pela disponibilidade em contribuir com a versão final do trabalho.

À FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DE MINAS GERAIS - FAPEMIG, pelo financiamento da pesquisa.

À Cooperativa Vidas Solidárias (COOPERVIDAS) do município de Vargem Alegre.

Às prefeituras e aos gestores dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos municípios de Viçosa, Muriaé, Três Pontas, Santa da Vargem, Varginha, Três Corações, Esmeraldas, Ribeirão das Neves, Betim e Contagem.

A todas as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família que responderam os questionários e entrevistas.

Aos colegas do grupo de pesquisa, (Administração Pública e Gestão Social - APGS) Ambrozina, Anna Laura, Caio, Daiane, Doraliza, Izabela e Rodrigo pelo apoio durante todo o trabalho.

Aos professores do mestrado e aos funcionários do Departamento de Administração e Contabilidade.

A todos os colegas do mestrado.

À Universidade Federal de Viçosa.

Aos meus pais, pelo apoio e compreensão.

À Priscila e ao Gustavo pela amizade.

ARTIGO III - BOLSA FAMÍLIA E OS AGRUPAMENTOS SOCIAIS: ANÁLISE DO IMPACTO DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA SOBRE O EMPODERAMENTO, A DESIGUALDADE DE GÊNERO E A MOBILIDADE SOCIAL	49
Resumo	49
Abstract	50
1. Introdução	51
2. Referencial teórico	52
2.1 Programas de Transferência de Renda e Programa Bolsa Família	52
2.2 Desigualdades de gênero e empoderamento	54
3. Metodologia	56
3.1. Área do estudo e fonte dos dados	56
3.2. Alfa de Cronbach	56
3.3 Análise de cluster	59
3.4 Tabela de contingência e o teste de independência Qui-quadrado	60
4. Resultados	61
4.1 Validação dos constructos	61
4.2 Análise dos agrupamentos sociais	62
4.3. Agrupamentos sociais	65
5. Considerações finais	70
6. Referências Bibliográficas	71
3. CONCLUSÕES GERAIS	73
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICES	76
APÊNDICE A	77
APÊNDICE B	78
APÊNDICE C	79

LISTA DE SIGLAS

AED	Análise Exploratória de Dados
BID	Banco Interamericano para o Desenvolvimento
CCT	Conditional Cash Transfer Program
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDG	Índice de Desenvolvimento Humano ajustado ao Gênero
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
IPEA	Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PSB	Proteção Social Básica
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE QUADROS

ARTIGO I – EMPODERAMENTO DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA PERCEPÇÃO DOS AGENTES DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Quadro 1 – Níveis e focos de empoderamento	13
Quadro 2 – Categorias, subcategorias e temas de análise	15
Quadro 3 – Análise de conteúdo da categoria <i>Bolsa Família</i>	17
Quadro 4 – Análise de conteúdo da categoria <i>CRAS</i>	20
Quadro 5 – Análise de conteúdo da categoria <i>Mulher</i>	22

ARTIGO II – DIMENSÕES DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Quadro 1 - Abordagens, período e ênfase das políticas públicas para mulheres .	32
Quadro 2 - Dimensões do Empoderamento	35
Quadro 3 - Categorias e subcategorias definidas	37
Quadro 4 - Caracterização dos municípios	38
Quadro 5 – Análise da categoria empoderamento econômico	38
Quadro 6 – Análise da categoria empoderamento sócio-cultural	41
Quadro 7 – Análise da categoria empoderamento familiar/interpessoal	42
Quadro 8 – Análise da categoria Empoderamento legal/político	44
Quadro 9 – Análise da categoria Empoderamento psicológico	44
Quadro 10 - Depoimentos da categoria empoderamento psicológico	45

ARTIGO III - BOLSA FAMÍLIA E OS AGRUPAMENTOS SOCIAIS: ANÁLISE DO IMPACTO DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA SOBRE O EMPODERAMENTO, A DESIGUALDADE DE GÊNERO E A MOBILIDADE SOCIAL

Quadro 1 - Formação dos constructos	62
Quadro 2 - Constructos utilizados no modelo de agrupamento social	62
Quadro 3 - Análise de desempenho dos Grupos	63

LISTA DE TABELAS

ARTIGO I – EMPODERAMENTO DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA PERCEPÇÃO DOS AGENTES DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tabela 1 – Caracterização dos municípios 16

ARTIGO III - BOLSA FAMÍLIA E OS AGRUPAMENTOS SOCIAIS: ANÁLISE DO IMPACTO DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA SOBRE O EMPODERAMENTO, A DESIGUALDADE DE GÊNERO E A MOBILIDADE SOCIAL

Tabela 1 - Resultados do teste de independência qui-quadrado 65

Tabela 2 - Resultados do teste de independência qui-quadrado 66

LISTA DE FIGURAS

ARTIGO II – DIMENSÕES DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Figura 1 - Etapas do empoderamento 36

ARTIGO III - BOLSA FAMÍLIA E OS AGRUPAMENTOS SOCIAIS: ANÁLISE DO IMPACTO DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA SOBRE O EMPODERAMENTO, A DESIGUALDADE DE GÊNERO E A MOBILIDADE SOCIAL

Figura 1 - Formação dos constructos da pesquisa 58

Figura 2 - Agrupamentos sociais baixa, média e alta vulnerabilidade 64

Figura 3 - Agrupamentos conforme as microrregiões 66

Figura 4 - Agrupamentos e a variável outra fonte de renda 68

Figura 5 - Escolaridade das mulheres por microrregião..... 69

RESUMO

MOREIRA, Nathalia Carvalho, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2010. **Programa Bolsa Família e o empoderamento das mulheres em Minas Gerais.** Orientador: Marco Aurélio Marques Ferreira. Co-orientadores: Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima, Ivan Beck Ckagnazaroff e Maria de Fátima Lopes.

O empoderamento na perspectiva de gênero emergiu como um tema importante no campo das políticas públicas. Por isso, este trabalho teve como objetivo analisar as dimensões do empoderamento alcançadas pelas mulheres beneficiárias do Programa de Transferência de Renda, conhecido como “Programa Bolsa Família”, a percepção dos agentes sociais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) sobre o empoderamento das mulheres, assim como o impacto da transferência de renda sobre o empoderamento, a desigualdade de gênero e a mobilidade social. Para tanto, realizou-se um estudo de caso múltiplo, tendo como referência 11 municípios de Minas Gerais. Na abordagem qualitativa, realizaram-se entrevistas com 11 gestores dos diferentes CRAS e com 42 mulheres beneficiárias, que foram estudadas por intermédio da análise de conteúdo. Na abordagem quantitativa, contou-se com uma amostra de 255 beneficiárias e realizou-se Análise Exploratória de Dados (AED) e o procedimento Alfa de Cronbach para validação dos constructos empoderamento, desigualdade de gênero e mobilidade social, coerentes com o sentido teórico e decorrência, também, da política de transferência. Após a construção das dimensões sociais foi realizada a análise de cluster, com objetivo de agrupar as mulheres segundo características semelhantes. Os resultados apontam a importância do CRAS na execução do Programa Bolsa Família e no processo de empoderamento, pois a convivência e a participação neste local têm contribuído para a conscientização sobre direitos, para a inserção social e para a melhoria do bem-estar das mulheres, fatores evidenciados por intermédio do interesse das mulheres por cursos, oficinas, informações sobre programas sociais e atendimento psicológico. Na percepção dos agentes, foi possível observar melhoria nas condições de vida, nas relações familiares, conscientização e autoestima, implicando em reflexos sobre o empoderamento feminino. Portanto, a despeito de que seja um processo lento e embrionário, pode-se dizer que o ciclo do empoderamento das mulheres beneficiárias do Bolsa Família pode ser completado, porque consegue atingir as três dimensões (individual, familiar e comunitária). Na percepção das mulheres, os resultados demonstram que o Bolsa Família propõe a diminuição de entraves quanto à participação das mulheres na conjuntura de suas vidas pública e privada por meio da divisão ou ampliação nas tomadas de decisão econômicas e familiares, fortalecendo o

empoderamento, porém não atingindo todas as dimensões completamente. Entretanto, o processo do empoderamento das mulheres beneficiárias é evidentemente impulsionado pelas ações do Programa Bolsa Família. Pelo fato do empoderamento econômico ter sido parcialmente alcançado, ressalta-se a necessidade de conexão do PBF com atividades educacionais e produtivas para as mulheres de forma mais contundente, para que estas possam ter oportunidades de inserção no mercado de trabalho por intermédio de empregos formais e não apenas eventuais ou precários, com objetivo de desenvolver suas capacidades, alcançar a emancipação, além de facilitar a solidificação do processo global de empoderamento. Os resultados assinalam grupos de beneficiárias de níveis baixo, médio e alto de favorecimento de acordo com o Programa Bolsa Família. Foi possível perceber que o Programa Bolsa Família pode funcionar como um estímulo e como um agente de mudança na vida das mulheres, contudo, seus efeitos estão mais intimamente ligados com a escolaridade, crenças e valores pessoais das mulheres. Portanto, a estratificação é importante para se trabalhar as particularidades do empoderamento, da desigualdade e da promoção da mobilidade social, como estratégias flexíveis e adaptáveis, respeitando as diversidades observadas para melhor orientação das intervenções públicas.

ABSTRACT

MOREIRA, Nathalia Carvalho, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2010. **Programa Bolsa Família and the empowerment of the women in Minas Gerais.** Adviser: Marco Aurélio Marques Ferreira. Co-advisers: Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima, Ivan Beck Ckagnazaroff e Maria de Fátima Lopes.

Under the gender perspective the empowerment emerged as an important theme in the public policy field. So, this study was carried out to analyze the empowerment dimensions reached by the women benefiting from the Income Transfer Program so-called Bolsa Família and under the social agents' perception in the Social Assistance Reference Centers (CRAS) and the impact of the gender unlikeliness and the social mobility. So, a multiple-case study involving eleven managers from different CRAS of the Minas Gerais State was conducted, with interviews involving 42 women who were beneficiary from the Bolsa Família program, involving eleven managers from different CRAS and the quantitative sample was composed by 255 beneficiary women. The content analysis was used as procedure for the data analysis. The categories under analysis were adapted from the theory and defined as economic, sociocultural, family/interpersonal, legal/political and psychological empowerment. The results point out the importance of the CRAS for either execution of the "Programa Bolsa Família" and the empowerment process, since the acquaintanceship and participation in this location have contributed to the awareness of the rights for the social insertion and the improvement of the women's welfare. According to the results, the Bolsa Família program proposes the reduction of barriers relative to women participation in the conjuncture of their private and public life through the division or enlargement in their familiar and economical decision makings as reinforcing the empowerment, but not reaching all dimensions completely. However, the empowerment process of the beneficiary women is evidently stimulated by actions of the Programa Bolsa Família. Because the economic empowerment was partially reached, there is a need for more incisive connection of the Bolsa Família with both educational and productive activities for women in order they can have opportunities for insertion in the labor market through formal jobs and not only eventual or precarious in order to develop their abilities and reach emancipation besides making easier the solidification of the global empowerment process. The Data Exploratory Analysis (AED) and the Cronbach Alfa were accomplished for validation of the construct empowerments, gender unlikeliness and social mobility, that were coherent with the theoretic sense and also resulting from the transfer policy. After the construction of the social dimensions, the Cluster Analysis was

accomplished in order to grouping the women according to similar characteristics. The results signalize the occurrence of beneficiary groups with low, average and high favorableness levels according to the Programa Bolsa Família. It was perceived the Programa Bolsa Família could function either as a stimulus and change agent in the women' life; however, its effects are more intimately related with education level, beliefs, and personal values of the women. Although being a slow and embryonic process, it can be said that the empowerment cycle of the women benefiting from the Programa Bolsa Família can be completed, since it reaches the three dimensions: individual, familiar and communitarian. It was perceived the Programa Bolsa Família could function either as a stimulus and change agent in the women' life; however, its effects are more intimately related with education level, beliefs, and personal values of the women. Thus, the stratification is important in order to work the particularities of the empowerment, of the unlikeness and of the social mobility promotion as a flexible and adaptable strategies, whereas respecting the observed diversities for better orientation of the public interventions.

APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação foi construída em forma de artigos. Assim, o escopo do trabalho é composto por três artigos científicos, tendo como assunto, os seguintes temas:

- Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social

- Dimensões do empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família

- Bolsa Família e os agrupamentos sociais: análise do impacto do Programa Bolsa Família sobre o empoderamento, a desigualdade de gênero e a mobilidade social

1. INTRODUÇÃO GERAL

O Brasil é historicamente, marcado por condições extremas de desigualdades socioeconômicas, que se refletem sobretudo, em características como qualidade de vida da população, expectativa de vida, mortalidade infantil, educação e desemprego.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a desigualdade no país tem diminuído, o que é comprovado pelo índice de Gini, a partir do rendimento mensal dos domicílios brasileiros, que passou de 0,521 para 0,515 entre 1998 e 2008. Entretanto, apesar dessa redução, alguns elementos evidenciam a dimensão da desigualdade ainda existente no país, pois em 2008, segundo dados da PNAD, 52% das famílias tinham renda mensal por pessoa de até um salário mínimo.

Apesar dessas evidências, percebe-se que quando se fala de desigualdade, é possível encontrar também um distanciamento ainda maior no quesito desigualdade de gênero.

Novelino (2004) afirma que a feminização da pobreza é um aspecto preocupante, ou seja, se as mulheres seriam um grupo maior de pobres ou em situação de exclusão. Esta idéia que remonta à década de 1970, foi popularizada no início da década de 1990 e especialmente em 2000, visto que a igualdade entre os sexos foi traçada como um dos objetivos utilizados na avaliação do progresso em direção às metas de Desenvolvimento do Milênio proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) até 2015.

Neste sentido, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD (2008), países em desenvolvimento acreditam que os Programas de Transferências Sociais podem contribuir com as metas dos objetivos do milênio, principalmente aqueles relacionados à pobreza e desigualdade social.

Assim, segundo Faria *et al.* (1997), para que as desigualdades de gênero sejam combatidas na conjuntura das desigualdades sociais, são necessárias práticas de cidadania para que a justiça de gênero se concretize, sobretudo pela responsabilidade do Estado em redistribuir riqueza e poder entre regiões, classes, etnias e entre mulheres e homens.

Mesmo que a desigualdade no Brasil esteja diminuindo em todas as regiões, o Índice de Desenvolvimento Humano ajustado ao Gênero (IDG) mostra que o Brasil ocupa um lugar bem inferior em relação a outros países, pois tem um índice de 0,75 e a 64ª posição; enquanto em países desenvolvidos como os Estados Unidos o índice é de 0,93, na Bélgica é 0,94 e na Austrália é 0,95 no ano de 2002.

O IDG é um índice feito a partir do resumo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mensura três dimensões básicas de um país: esperança de vida ao nascer; taxa de alfabetização e escolaridade de adultos; e o nível de vida digno medido pelo PIB per capita, além de medir a penalização na igualdade entre os sexos.

Nesta linha de raciocínio, pode-se entender que políticas de família como o Programa de Transferência de Renda Mínima, que atuam no combate à pobreza e desigualdade social, podem influenciar tanto no âmbito das relações familiares quanto de gênero, na medida em que dispõem de diretrizes socioeducativas e preocupam-se com a articulação com outros programas (FARRINTON & SLATER, 2006).

No cenário internacional, estes programas são chamados de *Conditional Cash Transfer Programs* – CCTs e têm obtido resultados satisfatórios nos países com grande incidência de pobreza, desigualdade social e de gênero como nos estudos realizados no México (COADY e PARKER, 2002); Nicarágua (MALUCCIO & FLORES, 2005) e na América Latina como um todo (VILLATORO, 2005).

Os primeiros programas de transferência condicionada de renda foram criados no México e no Brasil em 1997. Por conseguinte, em outros países da América Latina, foram criados programas semelhantes que subsidiavam diretamente famílias pobres, transferindo-lhes mensalmente uma pequena soma de dinheiro sob a condição de que se fossem cumpridas algumas metas de saúde e educação, tais como levar os filhos ao posto de saúde e à escola (VILLATORO, 2005).

Desde a década de 1980, a maioria das nações desenvolvidas já utilizava formas de programas de garantia de renda mínima. Experiências como as da Inglaterra, Alemanha, Holanda, França e Estados Unidos, foram propulsoras para a implementação dos programas em vários países, inclusive no Brasil (SUPLICY e CURRY, 1994).

Na Inglaterra, Alemanha e Holanda, por exemplo, os pais de crianças com até 16 anos de idade recebiam um benefício mensal. Na França, desde 1988 os cidadãos com renda inferior tinham direito a uma “renda de inserção” chamada de Revenue Minimum d’Insertion. Nos Estados Unidos, em 1975, uma forma limitada de imposto de renda negativo, o crédito de imposto sobre rendimentos auferidos (Earned Income Tax Credit - EITC), tornou-se um dos mais importantes auxílios, sendo que, em 1991, cerca de 14 milhões de famílias receberam esses benefícios (SUPLICY e CURRY, 1994).

O programa mexicano, inicialmente chamado *Progres*a e hoje *Oportunidades*, apresentou resultados positivos que logo muitos o tomaram como exemplo, bem como

organismos de financiamento, como o Banco Interamericano para o Desenvolvimento, interessaram-se em financiar sua replicação (COADY e PARKER, 2004).

A maioria dos países da América Latina têm programas de transferência condicionada de renda, sendo que o modelo foi exportado para países e sociedades tão heterogêneos como Indonésia, Moçambique, Paquistão, Bangladesh, Malawi, Argélia e Palestina, entre outros.

Atualmente, os programas de transferência de renda servem de referência para diversos países, até mesmo para a cidade de Nova York que lançou, em 2007, seu programa de transferência condicionada de renda, o *Opportunity NYC*, seguindo o modelo mexicano e brasileiro, além das Filipinas, Egito, Índia e Gana (GUARNIERI, 2008).

No Brasil, a implementação de programas de renda nasceu associada, entre outros interesses, à procura por melhores políticas para erradicação da pobreza, sendo este um debate presente no cenário internacional e não apenas brasileiro (SILVA, 1996 in LÍCIO, 2004).

Esta política foi introduzida no Brasil a partir dos anos 1990, abrangendo vários aspectos econômicos, sociais, assistenciais, educacionais e de gênero da Administração Pública. Por considerar aspectos da concentração de renda e pobreza, torna-se um desafio às políticas públicas do país, pois segundo Suplicy e Curry (1994) e Lavinias (1998), instrumento capaz de reinserir na economia formal extenso contingente de pessoas, até então destituídas de seus direitos como cidadãos.

Como exemplos, destacam-se as cidades brasileiras, a seguir:

O Distrito Federal foi o pioneiro no país, implantando um programa de renda mínima, que beneficiava com um salário mínimo cerca de seis mil famílias, que se comprometiam a manter seus filhos freqüentando a escola. Além disso, o programa era articulado com ações setoriais no campo da alfabetização de adultos, política agrícola e colocação profissional.

Em Salvador, a prefeitura implantou um programa, que atendia famílias com crianças de até 14 anos e renda *per capita* inferior a R\$ 25 por mês.

Em Campinas, o programa tinha como prioridade imediata atender famílias cujas crianças se encontravam em situação de risco e condições de desnutrição. Assim, além de oferecer garantia de renda em dinheiro, a prefeitura oferecia prioridade de vagas em creches para as crianças incluídas no programa e acompanhava as famílias beneficiadas com um trabalho socioeducativo, orientado para sua inserção em atividades que promoviam melhorias em suas condições de vida (SUPLICY E CURRY, 1994).

Experiências como a do Distrito Federal, Salvador e Campinas foram fundamentais para confirmar os aspectos positivos de programas de transferência de renda, contribuindo,

assim, para a implementação e expansão dos principais programas condicionados como, Bolsa Escola, Renda Mínima e Programa Bolsa Família.

Em 2003, o Bolsa Família unificou todos os benefícios sociais (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás) do governo federal num único programa. A medida proporcionou mais agilidade na liberação do dinheiro a quem precisa, reduziu burocracias e criou mais facilidade no controle dos recursos, dando assim mais transparência ao programa.

O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social, enquanto os programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Soares *et al.* (2006) ressaltam que o Benefício de Prestação Continuada (PBC) e o Bolsa Família foram responsáveis por 28% da queda do Índice de Gini, que mede a desigualdade de renda no período de 1995-2004.

De acordo com o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade de Brasília (AGENDE, 2006) as Políticas de Transferência de Renda, especificamente o Programa Bolsa Família, têm obtido impactos relevantes na condição social das famílias e das mulheres beneficiárias, destacando-se três eixos principais: (i) na visibilidade das beneficiárias enquanto consumidoras; (ii) na afirmação da autoridade das mulheres no espaço doméstico; e (iii) na mudança da percepção das beneficiárias sobre si mesmas como cidadãs.

Portanto, pretende-se responder ao seguinte questionamento: Qual o impacto do Programa Bolsa Família sobre o empoderamento das mulheres beneficiárias?

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

O objetivo geral desta dissertação foi analisar os resultados do Programa Bolsa Família no tocante empoderamento feminino.

2.2. Objetivos específicos

- Analisar o empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, na percepção dos agentes sociais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)
- Identificar as dimensões de empoderamento alcançadas, na percepção das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família
- Analisar o impacto da transferência de renda sobre o empoderamento, a desigualdade de gênero e a mobilidade social na percepção das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família.

ARTIGO I - EMPODERAMENTO DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA PERCEPÇÃO DOS AGENTES DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Resumo

Este trabalho teve como objetivo analisar o empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa de Transferência de Renda, conhecido como “Programa Bolsa Família,” na percepção dos agentes sociais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Para tanto, realizou-se um estudo de caso múltiplo, tendo como sujeitos de pesquisa 11 gestores de diferentes CRAS do Estado de Minas Gerais. A partir da técnica de análise de conteúdo, as respostas das perguntas, que compuseram as entrevistas, foram agrupadas de acordo com as categorias Bolsa Família, CRAS e Mulher. Os resultados apontam a importância do CRAS na execução do Programa Bolsa Família e no processo de empoderamento, pois, a convivência e a participação neste local têm contribuído para a conscientização sobre direitos, para a inserção social e para a melhoria do bem-estar das mulheres, fatores evidenciados por intermédio do interesse das mulheres por cursos, oficinas, informações sobre programas sociais e atendimento psicológico. Na percepção dos agentes, foi possível observar melhoria nas condições de vida, nas relações familiares, conscientização e autoestima, implicando em reflexos sobre o empoderamento feminino. Portanto, embora sendo um processo lento e embrionário, pode-se dizer que o ciclo do empoderamento das mulheres beneficiárias do Bolsa Família pode ser completado, pois consegue atingir as três dimensões (individual, familiar e comunitária).

Palavras-chave: Políticas Públicas, Programa Bolsa Família, Empoderamento, Centros de Referência de Assistência Social.

PAPER I - THE EMPOWERMENT OF THE WOMEN WHO ARE BENEFICIARY FROM THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM ON THE PERCEPTION OF THE SOCIAL ASSISTANCE REFERENCE CENTERS' AGENTS

Abstract

This study was carried out to analyze the empowerment of the women who are beneficiary from the Income Transference Program so-called "Programa Bolsa Família" under the social agents' perception in the Social Assistance Reference Centers (CRAS). So, a multiple-case study involving eleven managers from different CRAS of the Minas Gerais State was conducted. From the Content Analysis Technique, the answers to the questions composing the interviews were grouped according to the categories: Bolsa Família, CRAS and Woman. The results point out the importance of the CRAS for either execution of the "Programa Bolsa Família" and the empowerment process, since the acquaintanceship and participation in this location have contributed to the awareness of the rights for the social insertion and the improvement of the women's welfare. Those factors are evidenced through the women's interest for courses, workshops, information on the social programs and psychological attendance. On the agents' perception, it was possible to observe the improvement in life conditions, family relationships, awareness and self-esteem, therefore involving reflexes on the women's empowerment. Although being a slow and embryonic process, it can be said that the empowerment cycle of the women benefiting from the Programa Bolsa Família can be completed, since it reaches the three dimensions: individual, familiar and communitarian.

Keywords: Public policies, Programa Bolsa Família, Empowerment, Social Assistance Reference Centers.

1. Introdução

Este trabalho teve como objetivo analisar o processo de empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa de Transferência de Renda Mínima (Programa Bolsa Família - PBF) na percepção dos agentes sociais (psicólogos e assistentes sociais) envolvidos com os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Em 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) propôs a expansão da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), por meio do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), visando à melhoria no acompanhamento das famílias. O PAIF é implementado por intermédio dos CRAS, localizados em territórios de vulnerabilidade social, que atuam com as famílias e indivíduos em seu contexto comunitário.

Essas unidades desenvolvem serviços socioassistenciais, socioeducativos e de convivência voltados para as famílias consideradas vulneráveis e prioritariamente para as famílias beneficiárias do PBF. Neste contexto, o PBF está inserido na PNAS, a qual estabelece que as ações do CRAS devem ser focalizadas na família (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS - 2010).

Nesse âmbito, compreender a percepção dos agentes do sistema público assim como sua importância no processo de empoderamento é fundamental na prática e execução de projetos de desenvolvimento social.

Gohn (2004) afirma que o empoderamento, entendido como a capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, vem sendo utilizado no âmbito das políticas públicas, o que enfatiza seu protagonismo para geração de desenvolvimento autossustentável.

Segundo Romano (2002), a abordagem do empoderamento implica o desenvolvimento de capacidades das pessoas pobres e excluídas socialmente para superar as principais fontes de privação de liberdades. Neste sentido, torna-se relevante analisar o empoderamento das mulheres em situação de pobreza.

Neste trabalho, o empoderamento foi estudado por intermédio da análise da aplicação e da administração dos recursos recebidos, compreensão do PBF e condicionalidades e, especialmente, por meio do comportamento das mulheres, conforme a percepção dos sujeitos de pesquisa em relação aos maridos, filhos, trabalho bem como seu conhecimento a respeito do CRAS.

Conforme estudos disponíveis na literatura, o convívio no CRAS reflete positivamente na vida das famílias (MDS, 2010). Assim, este trabalho justifica-se à medida que o CRAS

torna-se um espaço de convívio e interação social, que visa a potencialização da autonomia das famílias e não apenas a diminuição imediata das vulnerabilidades.

2. Referencial teórico

2.1 Programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família

Os primeiros programas de transferência condicionada de renda foram criados no México e no Brasil, em 1997. Por conseguinte, foram criados programas semelhantes em outros países da América Latina, transferindo, preferencialmente às mães, uma pequena soma de dinheiro sob a condição de cumprimento de algumas metas de saúde e educação, tais como levar os filhos ao posto de saúde e à escola (VILLATORO, 2005).

O programa mexicano, inicialmente denominado *Progresa* e posteriormente *Oportunidades*, apresentou resultados satisfatórios que tornou-se exemplo, que organismos de financiamento, como o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID), interessaram-se em financiar sua replicação (COADY e PARKER, 2004).

Rubalcava *et al.* (2009) analisaram as mulheres beneficiárias do *Progresa* e perceberam que essas mulheres são mais cuidadosas na administração do benefícios, pois, são mais pacientes do que os homens e pensam no futuro. Considerados em conjunto, os resultados sugerem que programas de transferência de renda convergem em uma mudança no equilíbrio de poder dentro das famílias.

A escolha das mães, segundo Medeiros *et al.* (2007), reforça a legitimidade do papel feminino, havendo indicações de que as mulheres administram os recursos de modo mais favorável à família, por exercerem papéis sociais mais relacionados aos cuidados com os filhos e ao cotidiano da casa.

O programa da Nicarágua (*Red de Protección Social*), criado em 2000, ficou conhecido internacionalmente em virtude de seus efeitos positivos na saúde e educação das crianças, principalmente por utilizar as condicionalidades como um mecanismo para iniciar processos de mudanças comportamentais entre os beneficiários.

No entanto, conforme Moser (2009), o programa foi interrompido em 2006, devido à falta de apoio popular e político, pois, os resultados positivos do programa foram ofuscados por uma “percepção errônea” de parte da população, que o considerava como uma forma de ajudar a perpetuar a pobreza, ao simplesmente entregar dinheiro aos pobres.

Dessa forma, programas de transferência de renda também precisam de apoio popular, sendo necessário divulgar frequentemente para a população quais são seus objetivos e os seus resultados (MOSER, 2009).

Em 2003, no Brasil, o PBF unificou todos os benefícios sociais (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás) do governo federal em um único programa, o que reduziu burocracias, criou mais facilidade no controle dos recursos e trouxe mais transparência ao programa.

O PBF vem impulsionando o número de matrículas e diminuindo a taxa de abandono nas escolas, reduzindo a vulnerabilidade e permitindo às pessoas pobres reivindicar direitos sociais, além de refletir-se na diminuição das desigualdades de gênero, fatores estes que facilitam o desenvolvimento humano (PNUD, 2007).

Conforme o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade de Brasília (AGENDE, 2006), o PBF tem obtido impactos relevantes na condição social das mulheres beneficiárias, especialmente na visibilidade enquanto consumidoras, na afirmação da autoridade no espaço doméstico e na mudança da percepção como cidadãs.

Neste contexto, o PBF pode ocasionar diminuição das desigualdades de gênero bem como efeitos no empoderamento e na autonomia feminina.

Segundo Bronzo (2008), o PBF traz efeitos no reordenamento do espaço doméstico, na autoestima, no empoderamento e acesso feminino ao espaço público (como participação em conselhos comunitários e escolares), possibilitando, às mulheres, maior poder de barganha, maior capacidade de fazer escolhas e maior poder de decisão sobre o uso do dinheiro.

Bronzo (2008) também afirma que existem questionamentos sobre o efeito contrário das transferências de renda, que poderiam perpetuar papéis de submissão de gênero à medida que a provisão de renda às famílias faria com que as mães se retirassem do mercado de trabalho e se dedicassem, exclusivamente, aos cuidados dos filhos.

Dessa forma, é importante analisar a percepção dos agentes sociais quanto ao impacto do PBF sobre o empoderamento feminino, uma vez que tais transferências concebem à mulher a responsabilidade de garantir a melhor aplicação dos recursos e o controle no atendimento às condicionalidades exigidas para a manutenção do benefício.

2.2 O Sistema de proteção social brasileiro e o CRAS

A Constituição Federal de 1988 significou um avanço na área da proteção social ao instituir a Seguridade Social – composta pelas políticas de Saúde, Previdência Social e Assistência Social (SILVA *et al.*, 2007).

No Brasil, a Lei Orgânica de Assistência Social foi aprovada em 1993. No entanto, somente a partir de 2004 a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi consolidada, expressando os pilares do Sistema de Proteção Social Brasileiro.

Segundo a PNAS a prioridade da proteção social é a família, fortalecendo seus vínculos, promovendo autonomia e ofertando serviços locais de socialização.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), implantado a partir de 2005, efetiva – na prática – a assistência social como política pública de Estado, alterando o modelo de gestão e a forma de financiamento da assistência social, estabelecendo um novo pacto federativo entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que garante autonomia legal em regime de mútua colaboração institucional (RUSSO, 2010).

A Proteção Social Básica (PSB) do SUAS é destinada à população que vive em situação de vulnerabilidade decorrente da pobreza, privação e, ou fragilização de vínculos afetivos, discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências.

Dessa maneira, o que configura a Proteção Social Básica nos municípios e no Distrito Federal é a existência dos CRAS, um dos equipamentos da rede de proteção básica que marca a presença do SUAS nos municípios. O CRAS é a unidade pública estatal responsável pela oferta de serviços continuados de assistência social, promovendo serviços e projetos locais de acolhimento, de convivência e de socialização para famílias e indivíduos.

Em 2008, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome assinou, com o governo de Minas Gerais, um termo de cooperação técnica e financeira ampliando os investimentos para consolidar o SUAS (MDS, 2010). Sendo assim, a descentralização é tendência contínua e vem sendo favorecida nos processos de reforma do Estado como principal força de reordenamento e dinamização das novas políticas, devido à credibilidade e legitimidade dos sucessos já alcançados (DRAIBE, 1997).

No modelo de gestão descentralizada do PBF, os gestores municipais dos CRAS são os principais agentes públicos junto às famílias, pois, como executores locais, podem identificar mudanças nas famílias e realizar as devidas intervenções na administração de benefícios.

2.3 Empoderamento

Ao considerar o duplo caráter da pobreza – como fenômeno que envolve dimensões objetivas de falta de recursos e também dimensões subjetivas relativas a valores e comportamentos – é necessário alterar as condições limitadoras, investir no empoderamento,

na autonomia, nas competências e na capacidade de autodesenvolvimento, visando à ampliação da capacidade de ação das pessoas para a superação da pobreza (BRONZO, 2008).

A Organização Mundial de Saúde define empoderamento como:

um processo social, cultural, psicológico ou político através do qual indivíduos e grupos sociais tornam-se capazes de expressar suas necessidades, explicitar suas preocupações, perceber estratégias de envolvimento na tomada de decisões e atuar política, social e culturalmente para satisfazer suas necessidades (OMS, 1998).

Segundo Sen (1997), empoderar a sociedade é equilibrar as relações de poder em favor dos que têm menos recursos, de modo que o empoderamento tem relação direta com equidade.

De acordo com Mageste *et al.* (2008), o empoderamento possui três níveis: o individual, o relacional e o contextual, como uma espiral que vai se ampliando e é interligada e circundada por relações de poder. Dessa forma, estão intimamente ligados, interferindo e exercendo pressões mútuas.

Portanto, modificações em um dos níveis acabam gerando mudanças e adaptações nos demais e a ação de um acaba gerando reação de outro. A transformação na estrutura de poder que mantém esta estrutura é lenta e gradual, embora o processo de empoderamento possa se iniciar em qualquer dessas instâncias, só se completando quando consegue permear todas (MAGESTE *et al.*, 2008).

Segundo Gohn, (2004) o empoderamento individual tem como indicadores a autoestima, autoconfiança e autoafirmação, tendo como foco a melhoria nas condições de vida.

Moser (2005) utiliza a concepção de portfólio de ativos, que incorpora aspectos do papel das relações familiares como elementos de empoderamento. O autor procurou entender como, em situações de crise, as famílias se comportam. Para isto, mapeou a capacidade dos pobres em usar seus recursos para enfrentar e reduzir sua vulnerabilidade.

O empoderamento comunitário, por outro lado, não possui indicadores universais, podendo envolver empoderamento pessoal, desenvolvimento de pequenos grupos de apoio mútuo, organizações comunitárias, associações e ação social e política, focalizando a conquista e defesa de direitos, a influência na ação do Estado, com capacidade de demanda e interferência direta ou indireta da população nas decisões políticas.

Sinteticamente, pode-se compreender o empoderamento de acordo a síntese apresentada no Quadro 1.

Realizou-se um estudo de caso múltiplo, tendo como sujeitos de pesquisa 11 gestores de CRAS, incluindo os ocupantes de cargos de psicólogos e assistentes sociais, os quais foram identificados de E1 a E11. A etapa de coleta de dados se deu por intermédio de 11 entrevistas individuais (Apêndice A). As entrevistas foram gravadas, e em seguida, as respostas foram transcritas, classificadas e agrupadas de acordo com as categorias que se objetivou analisar, por intermédio da análise de conteúdo.

A entrevista é a técnica mais utilizada na abordagem qualitativa. Segundo Yin (2001), é uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso, tendo como vantagens a flexibilidade, a rapidez e a quantidade de dados que podem ser obtidos.

3.1 Procedimentos de análise de dados

3.1.1 Análise de conteúdo

Conforme Bardin (2009), a análise de conteúdo é uma técnica de investigação por intermédio de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, e cuja finalidade é a interpretação, pois, fundamental não é aquilo que a mensagem diz à primeira vista, mas o que ela veicula em seu contexto.

Dessa maneira, foi realizada a categorização que, segundo Leopardi e Rodrigues (1999), é uma operação que classifica elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e por reagrupamento, consideradas suas características particulares.

Assim, após a transcrição das entrevistas, as categorias foram elaboradas, advindas da análise quantitativa das respostas para identificação da frequência sobre o tema.

Franco (2005) afirma que a unidade de registro (palavra) é a menor parte do conteúdo. Entretanto, optou-se pela análise do tema por ser o que melhor atendia a questão investigativa.

As categorias, subcategorias e temas de análise deste estudo são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias, subcategorias e temas de análise

Categorias	Subcategorias	Temas de Análise
Bolsa Família	Significado	Autonomia Renda Direito do Governo Autoestima Não compreendem
	Aplicação dos Recursos	Alimentação Roupas Material escolar Cesta Básica Filhos Celular Bebida alcoólica
	Condicionalidades	Punição Responsabilidade de mãe Fardo Preocupação em realizar Falta de compromisso Não compreendem Cumrem corretamente
CRAS	Motivo de Procura	Auxílio alimentação Pró-Jovem Benefício Bolsa Família Problemas de família Cursos
	Mudança de Comportamento	Compreensão dos Direitos Compreensão do CRAS Inserção social Bem-estar Atividades sociais Atividades educativas
Mulher	Família	Conscientização dos direitos Não submissão aos maridos Assistência jurídica Separação Menos violência doméstica
	Trabalho	Não trabalham Medo de perder o benefício Não procuram emprego Bicos Oficinas de geração de trabalho e renda Trabalho sazonal Acomodação

Fonte: Elaborado pelos autores.

Neste sentido, 45,5% dos entrevistados consideram que as mulheres compreendem o benefício como um direito a ser recebido do governo, porém, a autonomia e a autoestima também são lembradas em percentagem menor (36,3% e 18,1%, respectivamente), sendo este outro aspecto observado, como afirma E3:

Elas se sentem importantes. Sempre que elas vêm fazer o cadastro no CRAS, tem um espaço para colocar o documento. Elas tiram com certo orgulho o cartão da bolsa. Elas apresentam o cartão como se fosse um cartão de crédito (E3).

Este depoimento reforça o empoderamento individual que, segundo Gohn (2004), tem como indicadores a autoestima, a autoconfiança e a autoafirmação, tendo como foco a melhoria na qualidade de vida da pessoa.

Neste quesito, emerge o tema “bancarização”, pois, em sua maioria, essas mulheres nunca possuíram conta bancária ou sequer frequentaram agências bancárias, sendo este um fator que as ajudaria a serem legitimadas como cidadãs.

De acordo com Ananias e Coelho (2009), a conta bancária simplificada, mais do que uma facilidade para o recebimento do benefício, é um direito que está sendo estendido a quem nunca tinha tido essa oportunidade anteriormente.

Na subcategoria *Aplicação dos Recursos*, surgiu a percepção de que as mulheres assistidas, em sua maioria, conseguem aplicar adequadamente os benefícios recebidos com alimentação, materiais escolares e roupas, destinando esta renda prioritariamente para os filhos.

Isto confirma a visão de empoderamento de Romano (2002), pois, mulheres desenvolvem capacidades para superar as principais fontes de privação ao destinar os recursos às necessidades mais proeminentes.

Em relação à destinação dos recursos do PBF, os entrevistados ressaltam que grande parte do valor repassado às famílias é utilizado na compra de alimentos. Ressaltam também que, na maioria das vezes as famílias compram apenas itens básicos, conforme afirma E2:

O principal é alimentação e o resto elas compram coisas não essenciais, biscoito, material escolar melhor... Roupas para os filhos... Mas a maioria gasta com alimentos básicos, fundamentais (E2).

Villatoro (2005) aponta que o PBF contribui positivamente para a acumulação de capital humano e para maior frequência escolar. Nesse sentido, 90,9% dos entrevistados confirma a utilização do benefício para compra de materiais escolares.

Comparando esta realidade com os resultados do programa de transferência de renda da Nicarágua (*Red de Protección Social*), Gitter e Barham (2008) afirmam que o aumento das

despesas com materiais escolares evidencia a preocupação das mães com a educação dos filhos.

Todavia, em menor escala, 18,1% apontam a utilização irregular, com a compra de itens que podem ser considerados supérfluos, como o crédito para telefone celular e até mesmo bebidas alcoólicas; conforme afirma E4:

Algumas aplicam este dinheiro irregular. Compram coisas pra elas. Eu to atualizando os cadastros e eu pergunto em que está sendo gasto. Algumas eu até vejo, que compra crédito de celular (E4).

É importante destacar que o uso inadequado dos benefícios pode causar o desligamento de uma família do PBF, fato este que ocorre somente após o quinto descumprimento de alguma condicionalidade, desde que fique comprovado.

A respeito das subcategoria *Condicionalidades*, as proposições veiculadas pelo PBF tratam de vincular as mulheres ao exercício da maternidade através do cumprimento de um conjunto de práticas, tais como ser fiscal da educação das crianças e administrar a renda familiar. A partir dessa vinculação, o PBF objetiva contribuir para a redução da evasão escolar e a repetência, bem como favorecer a melhoria da saúde, aumentar a autoestima das famílias e promover a valorização da mulher (KLEIN, 2007).

Conforme Ananias (citado em MDS, 2007) as condicionalidades reforçam o caráter emancipador do PBF, e remetem ao Estado o dever de garantir o acesso aos direitos de educação e saúde. Essa mesma dimensão orienta a articulação do PBF com outros programas, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e ProJovem.

Vale destacar, que há também uma avaliação menos positiva a respeito das condicionalidades por parte das beneficiárias, uma vez que muitas mulheres questionam a obrigatoriedade do seu cumprimento (MONNERAT *et al.* 2008).

De acordo com as autoras, a exigência de condicionalidades desperta bastante polêmica. Afirmam que a controvérsia aparece, por um lado, no reconhecimento de que as condicionalidades têm o objetivo de pressionar a demanda sobre os serviços de educação e saúde e por outro lado, traduz-se na idéia de que à medida que o direito social é condicionado ao cumprimento de condicionalidades, os princípios de cidadania podem ser ameaçados (MONNERAT *et al.* 2008).

Apesar dessa ponderação negativa, 36,3% dos entrevistados afirmam que as mulheres cumprem corretamente as condicionalidades, enquanto 18,1% ressaltam que elas preocupam-se em realizar. Contudo, em alguns casos o cumprimento das condicionalidades é

com o PBF, provavelmente devido a uma resistência à formalização trabalhista, que poderia implicar em seu cancelamento.

Entretanto, 36,3% dos entrevistados afirmam que as mulheres realizam “bicos”, enquanto 18,1% afirmam que elas participam de oficinas de geração de trabalho e renda e 27,2% afirmam que as mulheres realizam trabalhos sazonais, principalmente ligados à agricultura regional dos municípios.

Contudo, embora grande parte das mulheres não trabalhem fora de casa, apresentando resistência à formalização empregatícia, muitas trabalham esporadicamente para complementar a renda e se interessam em participar das palestras sócioeducativas e de cursos, informações estas que, na perspectiva de Gohn (2004), apontam para o empoderamento individual e relacional das mulheres.

Nesta conjuntura, o processo de tomada de consciência e empoderamento é alcançado, porém não é homogêneo, pois, ao mesmo tempo em que há um aumento de informação, qualificação e capacitação, há resistência em relação ao trabalho fora de casa, que poderia proporcionar uma renda maior e um empoderamento mais sólido às mulheres.

Portanto, surgem percepções de características empoderadoras, pois, na acepção de Bronzo (2008), as mulheres beneficiárias desenvolvem estratégias para superação da pobreza, buscando desenvolver competências, autonomia e capacidade de autodesenvolvimento, mesmo recebendo o benefício PBF.

5. Considerações finais

Resgatando algumas discussões mais importantes, constata-se que o PBF reflete-se na autonomia, autoestima e empoderamento individual das mulheres beneficiárias ressaltando-se o *status* que a posse do cartão do PBF propõe para as mulheres, pois, a maioria delas nunca possuiu conta ou frequentou agências bancárias, sendo este um fator que valoriza e pode legitimar as mulheres como cidadãs.

Em uma análise conjunta, a melhoria nas condições de vida, a inclusão social, a educação e a qualificação sugerem reflexos de empoderamento individual e relacional das mulheres.

Contudo, enfatiza-se a necessidade de maior informação e orientação a respeito do PBF e das condicionalidades, pois, apesar de a aplicação dos recursos do PBF ser realizada, na percepção dos agentes, de maneira adequada para a maioria das mulheres assistidas, ficou claro que a melhor compreensão, por parte das mulheres, sobre a importância do PBF tornaria mais fácil o cumprimento do que lhes é demandado.

Confirmaram-se os efeitos positivos, que já eram supostos, quanto ao convívio no CRAS, tanto para as famílias quanto para as mulheres, pois, este proporciona apoio e converge em maior conscientização sobre os direitos. Os temas mais evidenciados foram a procura por assistência jurídica e o aumento do número de separações, o que pode indicar o rompimento das relações patriarcais e da dominação tradicional masculina, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle de seus corpos e à tomada de decisões.

A convivência e participação nos CRAS também contribuem para a compreensão sobre esta área do sistema público, além de melhoria do bem-estar, por intermédio de orientações e atendimento psicológico, o que sugere indicativos para o empoderamento comunitário, pois, as mulheres começam a ter mais acesso às informações.

O fato de as mulheres beneficiárias não trabalharem regularmente fora de casa, principalmente devido ao receio de perder o Bolsa Família, induz a reflexões sobre as oportunidades e as condições de emprego que lhes são ofertadas. Muitas vezes, essas mulheres não dispõem creches para deixar os filhos enquanto trabalham e nem ao menos possuem condições de pagar alguém para cuidar dos filhos, sendo que, muitas vezes, o recebimento de um salário formal resultaria em um rendimento menor ou igual, podendo ser mais confortável receber o benefício e cuidar quase que exclusivamente da família, realizando trabalhos eventuais para complementar os ganhos.

A despeito de que seja um processo lento e embrionário, pode-se dizer que o ciclo do empoderamento das mulheres beneficiárias do PBF consegue ser alcançado, porque atinge as três dimensões (individual, familiar e comunitário).

Portanto, tais resultados demonstram a importância do CRAS na execução do PBF e no processo de empoderamento das mulheres, além de suscitar outros questionamentos sobre quais seriam as consequências do empoderamento nas dimensões da pobreza e mobilidade social.

Seria interessante seria a replicação deste estudo em outras unidades do CRAS, ou envolvendo outros grupos de sujeitos de pesquisa, como maridos das beneficiárias, professores dos filhos e mulheres não assistidas pelo PBF, ou ainda com o mesmo público-alvo mas com o suporte de outras teorias como, por exemplo, a Teoria do Capital Social, a Teoria das Representações Sociais ou a Teoria Feminista.

ARTIGO II – DIMENSÕES DO EMPODERAMENTO DAS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Resumo

O empoderamento na perspectiva de gênero emergiu como um tema importante no campo das políticas públicas. Por isso, este trabalho teve como objetivo analisar as dimensões do empoderamento, alcançadas pelas mulheres beneficiárias do Programa de Transferência de Renda – Bolsa Família. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas com 42 mulheres beneficiárias do Bolsa Família, em nove municípios do Estado de Minas Gerais. Como procedimento para análise de dados, utilizou-se a análise de conteúdo. As categorias analisadas foram adaptadas da teoria e definidas como empoderamento econômico, sociocultural, familiar/interpessoal, legal/político e psicológico. Os resultados demonstram que o Bolsa Família propõe a diminuição de entraves relativos à participação das mulheres na conjuntura de suas vidas pública e privada por meio da divisão ou ampliação nas tomadas de decisão econômicas e familiares, fortalecendo o empoderamento, porém não atingindo todas as dimensões completamente. Entretanto, o processo do empoderamento das mulheres beneficiárias é, evidentemente, impulsionado pelas ações do Programa Bolsa Família. Pelo fato de o empoderamento econômico ter sido alcançado parcialmente, ressalta-se a necessidade de uma conexão mais contundente do Bolsa Família com atividades educacionais e produtivas para as mulheres, para que estas possam ter oportunidades de inserção no mercado de trabalho por intermédio de empregos formais e não apenas eventuais ou precários, a fim de desenvolver suas capacidades, alcançar a emancipação, além de facilitar a solidificação do processo global de empoderamento.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Programa Bolsa Família, Empoderamento.

PAPER II - THE EMPOWERMENT OF THE WOMEN BENEFITTING FROM THE *BOLSA FAMÍLIA* PROGRAM

Abstract

Under the gender perspective the empowerment emerged as an important theme in the public policy field. So, this study was carried out to analyze the empowerment dimensions reached by the women benefiting from the Income Transfer Program so-called *Bolsa Família*. So, semistructured interviews involving 42 women who were beneficiary from the *Bolsa Família* program were accomplished in nine counties located in Minas Gerais State. The content analysis was used as procedure for the data analysis. The categories under analysis were adapted from the theory and defined as economic, sociocultural, family/interpersonal, legal/political and psychological empowerment. According to the results, the *Bolsa Família* program proposes the reduction of barriers relative to women participation in the conjuncture of their private and public life through the division or enlargement in their familiar and economical decision makings as reinforcing the empowerment, but not reaching all dimensions completely. However, the empowerment process of the beneficiary women is evidently stimulated by actions of the Programa *Bolsa Família*. Because the economical empowerment was partially reached, there is a need for more incisive connection of the *Bolsa Família* with both educational and productive activities for women in order they can have opportunities for insertion in the labor market through formal jobs and not only eventual or precarious in order to develop their abilities and reach emancipation besides making easier the solidification of the global empowerment process.

Keywords: Public Policies, *Bolsa Família* Program, Empowerment.

ARTIGO III - BOLSA FAMÍLIA E OS AGRUPAMENTOS SOCIAIS: ANÁLISE DO IMPACTO DA TRANSFERÊNCIA DE RENDA SOBRE O EMPODERAMENTO, A DESIGUALDADE DE GÊNERO E A MOBILIDADE SOCIAL

Resumo

Este trabalho teve como objetivo analisar o impacto da transferência de renda sobre o empoderamento, a desigualdade de gênero e a mobilidade social das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Classificou-se como uma pesquisa descritiva, com a natureza das variáveis levantadas do tipo quantitativa, tendo como referência 11 municípios do Estado de Minas Gerais, contando-se com uma amostra de 255 beneficiárias. Realizou-se Análise Exploratória de Dados (AED) e o procedimento Alfa de Cronbach para validação dos constructos empoderamento, desigualdade de gênero e mobilidade social, coerentes com o sentido teórico e em decorrência, também, da política de transferência. Após a construção das dimensões sociais foi realizada a Análise de Cluster, a fim de agrupar as mulheres segundo características semelhantes. Os resultados indicam grupos de beneficiárias de níveis baixo, médio e alto de favorecimento de acordo com o Programa Bolsa Família. Foi possível perceber que o Programa Bolsa Família pode funcionar como um estímulo e como um agente de mudança na vida das mulheres, mas, seus efeitos estão mais intimamente ligados à escolaridade, crenças e valores pessoais das mulheres. Portanto, a estratificação é importante para se trabalhar as particularidades do empoderamento, da desigualdade e da promoção da mobilidade social, como estratégias flexíveis e adaptáveis, respeitando as diversidades observadas para melhor orientação das intervenções públicas.

Palavras-chave: Grupos sociais, Análise Multivariada, Programa Bolsa Família.

1. Introdução

Este trabalho teve como objetivo analisar o impacto do Programa de Transferência de Renda Mínima – Bolsa Família no empoderamento, na desigualdade de gênero e na mobilidade social das mulheres beneficiárias. O estudo tem, como corte analítico, a formação de grupos sociais para a compreensão do impacto do Programa Bolsa Família sobre alguns dos principais condicionantes de risco social.

Os fatores de risco e proteção ao desenvolvimento podem ser compreendidos por meio do Índice de Desenvolvimento Humano dos países, a qual avalia a riqueza, educação e expectativa de vida ao nascer, além de outros fatores como a qualidade de vida da população, saneamento básico, saúde, desemprego e desigualdade de gênero.

Segundo Costa *et al.* (2005), o Índice de Desenvolvimento Humano ajustado ao Gênero (IDG) evidencia que a existência das desigualdades de gênero são mais exacerbadas em países pobres e em desenvolvimento. Neste contexto, o Brasil possui um índice de 0,75 e ocupa a 64ª posição, sendo que em países desenvolvidos como os Estados Unidos o índice é de 0,93, na Bélgica 0,94 e na Austrália 0,95.

Entre os anos de 2000 e 2010, a participação feminina em trabalhos remunerados não-agrícolas no mundo cresceu pouco. No Brasil, a proporção de homens trabalhando com carteira assinada era de 35%, contra 26,7% das mulheres (PNUD, 2010).

Neste contexto, Farrinton e Slater (2006) afirmam que Programas de Transferência de Renda, que atuam no combate à pobreza e desigualdade social, podem influenciar tanto no âmbito das relações familiares quanto de gênero, na medida em que dispõem de diretrizes socioeducativas e preocupam-se com a articulação com outros programas.

No cenário internacional, estes programas são chamados de *Conditional Cash Transfer Programs* – CCTs e demonstram impactos contundentes na redução da pobreza, assim como melhorias na educação, na saúde e na nutrição dos beneficiários.

A maioria dos países da América Latina possui programas de transferência de renda, destacando-se o Programa Bolsa Família (PBF) no Brasil e o Programa *Oportunidades* no México. Estes programas têm a figura da mulher-mãe como central para a efetivação da transferência, sendo que esta para receber o benefício, compromete-se a administrar o dinheiro corretamente, além de cumprir as condicionalidades exigidas.

Nessa temática há questionamentos quanto à capacidade da transferência de renda proporcionar autonomia às mulheres e quanto a ter efeito contrário, perpetuando os papéis de gênero, à medida que a provisão de renda às famílias faria as mulheres se retirarem do

mercado de trabalho e se dedicarem aos cuidados das crianças (MEDEIROS *et.al.* 2007; BRONZO, 2008).

Nesse ponto, o PBF pode impactar em alguns dos principais condicionantes do risco social associado direta ou indiretamente merecendo especial atenção, empoderamento e a igualdade entre os sexos que podem influenciar tanto no desenvolvimento, no aumento de oportunidades e na mobilidade social dos indivíduos.

Dessa forma, à medida que a perspectiva do empoderamento também vem sendo utilizada no âmbito das políticas públicas (GOHN, 2004), justifica-se este trabalho, pois, ao analisar o PBF por este ângulo, é possível encontrar os principais fatores que podem influenciar no sentido da diminuição das desigualdades de gênero, promover o alcance do empoderamento e influenciar a mobilidade social.

2. Referencial teórico

2.1 Programas de Transferência de Renda e Programa Bolsa Família

Hasan (2010) afirma que programas de transferência condicional de renda tornaram-se cada vez mais populares no combate à pobreza e desigualdades sociais.

Bassett (2008) comenta a existência de três gerações de programas de transferência de renda. A primeira geração começou na América Latina no final da década de 1990, concentrando as ações nas áreas de saúde e educação. A segunda emergiu no início da década de 2000 na Ásia, cujas ações procuravam aumentar o acesso às escolas exclusivamente das crianças e jovens do sexo feminino. A terceira geração, a partir de 2008, procurou atender às situações de emergência específicas de determinados países.

No período de 1997 a 2008, o número de programas aumentou consideravelmente, ultrapassando 30 e abrangendo quase todos os países da América Latina, além de países da Ásia, da África e países desenvolvidos, como Estados Unidos com os programas de Nova York e Washington, D.C. (FISZBEIN e SCHADY, 2009).

Em países como Paquistão e Bangladesh, esses programas têm sido utilizados com o foco de reduzir as disparidades de gênero na educação.

Hasan (2010) constata que o Programa *Bangladesh Feminino* levou a um aumento substancial na inscrição das meninas na escola secundária, não sendo encontrados efeitos contrários para os meninos. Quanto ao Programa do Paquistão, entre 2003 e 2005, aumentou em 9% o número de matrículas do sexo feminino.

Em 2008, iniciou-se a implementação de um programa-piloto na África subsaariana, inspirado nos programas de transferência de renda, para ajudar a aliviar o sofrimento de órfãos em consequência da devastação do vírus da AIDS.

De acordo com Fiszbein e Schady (2009), os programas de transferência de renda fornecem um fluxo estável de renda para os países e têm ajudado as famílias a sair dos piores efeitos do desemprego, das doenças catastróficas e de outras privações repentinas de renda. Os autores assinalam que ao priorizar as transferências de dinheiro para mulheres, como praticamente todos os programas o fazem, pode-se aumentar o poder feminino.

Rawlings e Rubio (2009), comparando os impactos dos programas de Transferência de Renda no México, no Brasil, em Honduras, na Jamaica e na Nicarágua, concluíram que esses programas são “um meio eficaz para promover o acúmulo de capital humano entre as famílias pobres” e que apresentam “claras evidências de sucesso como o aumento das taxas de matrículas escolares, melhora da atenção à saúde preventiva e elevação do consumo familiar”.

Em todos os países com programas de transferência de renda, a escolarização aumentou entre os beneficiários, especialmente entre as crianças mais pobres, cujas taxas de matrícula no início eram as mais baixas. As mulheres também tiveram mais serviços de prevenção de saúde e tiveram seus filhos pesados e medidos, mantendo em dia um calendário de imunizações.

Nos países da América Latina, esses programas são focalizados restritivamente sobre pobres e socialmente excluídos, tendo as mulheres-mães como representantes da intervenção, por tratá-las como principais beneficiárias para o recebimento, gestão dos recursos e cumprimento das condicionalidades demandadas para permanência nos programas.

No México, o programa *Oportunidades*, atende milhões de famílias e, segundo Hasan (2010), em dez anos de programa foi possível encontrar um rompimento significativo no ciclo da pobreza, podendo evitar que esta mazela seja transmitida para a próxima geração das famílias.

No Chile, o programa *Puente*, parte do Sistema *Chile Solidário* é destinado apenas a pessoas extremamente pobres, cerca de 5 % da população do país. Este programa difere notavelmente da concepção clássica de condicionalidades dos programas de transferência de renda, pois em princípio, são criadas condições para que os beneficiários possam compreender as ações que podem ajudá-los a sair da extrema pobreza. Por conseguinte, as famílias representadas pela figura da mãe comprometem-se a realizar planos de ação e utilizar os serviços de assistência social (FISZBEIN e SCHADY, 2009).

No Brasil, segundo Bronzo (2008), o PBF traz efeitos no reordenamento do espaço doméstico, na autoestima, no empoderamento e acesso feminino ao espaço público (como a participação em conselhos comunitários e escolares), possibilitando-lhes, maior poder de barganha e maior capacidade de fazer escolhas e decidir sobre o uso do dinheiro.

Além disso, o tratamento específico para as mães é devido a um elevado percentual de ausência da figura do marido ou companheiro nos lares de beneficiários do Programa de Transferência de Renda (MEDEIROS *et al.* 2007). Portanto, provocaria a ocorrência de um acúmulo de responsabilidades ou “super-responsabilização” da mulher, podendo estar diretamente relacionado a um vínculo maior de chefia feminina em famílias pobres, que possuem um maior risco de continuar na pobreza.

2.2 Desigualdades de gênero e empoderamento

Ckagnazaroff e Machado (2008) afirmam que as relações de gênero trazem condições quase sempre desfavoráveis às mulheres, iniciando-se com a educação nas escolas, na família e na igreja, como também nas relações de trabalho, onde existem e se mantêm níveis diferentes de participação, remuneração, distribuição de poder e controle. Por outro lado, as desigualdades de gênero se verificam principalmente pelo não reconhecimento do trabalho doméstico como criador de valor, sendo ele remunerado ou não.

No âmbito do trabalho, percebem-se desigualdades quanto às questões salariais, pois as mulheres brancas recebem, em média, 63% dos rendimentos dos homens brancos. Quanto às mulheres negras, recebem, em média, 32% dos rendimentos dos homens brancos (IPEA; UNIFEM; SPM, 2008).

Em 2006, também foram verificadas desigualdades no nível de proteção social, refletindo a discriminação de gênero, raça e classe, pois as mulheres negras são as menos protegidas socialmente, com 47% de cobertura (IPEA; UNIFEM; SPM, 2008).

Nesse sentido, o empoderamento dos grupos, como a população pobre e as mulheres que sofrem com a desigualdade social, é considerado em diversos estudos, que tentam identificar os fatores para essa “exclusão”, os efeitos dessa ocorrência e causas para o desenvolvimento de sua autonomia (GOHN, 2004; MAGESTE *et al.*, 2008).

É fato notável que ainda não existe um consenso no que diz respeito ao termo empoderamento, embora este seja utilizado com frequência em pesquisas concentradas na área de desenvolvimento.

Alsop (2005) afirma que o empoderamento é tanto um objetivo como um motor para o desenvolvimento. Esta visão ressoa com outros trabalhos que ligam capacitação e outras metas de desenvolvimento, mudando os pontos centrais das relações de poder, de modo que as pessoas tenham igual capacidade na realização de escolhas.

Segundo Malhotra *et al.* (2002), o termo empoderamento relaciona-se, por um lado, com maior controle externo sobre recursos, entendidos de forma ampla como recursos materiais, físicos, intelectuais e financeiros e, por outro lado, ao controle no âmbito das crenças, valores e atitudes, de forma relacionada com a capacidade de autoexpressão e autoafirmação, processos sustentados pela autoconfiança.

Os resultados das ações de empoderamento podem ser de diferentes tipos e magnitude, mas todos espelham uma mesma ordem de questões, relativas ao aumento do protagonismo, da autonomia, do senso de dignidade, do acréscimo de capacidades (ALSOP, 2005).

Portanto, torna-se necessário que as mulheres não sejam apenas objetos das políticas públicas, mas também protagonistas e que sua participação transcenda o suprimento de necessidades objetivas, como saúde e educação, mas que elas se transformem em sujeitos da própria vida e visualizam a possibilidade de romper os limites da esfera privada e possuir novas aspirações e sonhos (CKAGNAZAROFF e MACHADO, 2008).

Se uma pessoa ou grupo tem o poder, eles possuem a capacidade de fazer escolhas efetivas, ou seja, traduzir suas escolhas em ações e resultados. Esta capacidade é influenciada por dois conjuntos de fatores inter-relacionados: a habilidade de uma pessoa para escolher intencionalmente opções e a oportunidade definida como os aspectos do contexto que determinam a sua capacidade de transformar a agência em efetiva ação. Trabalhando juntos, estes fatores dão origem a diferentes níveis de empoderamento (ALSOP, 2005).

Sandenberg (2006) analisa as práticas de empoderamento de mulheres entre gerações, focando na mobilidade social. Para Jannuzzi (2000), os fatores determinantes da mobilidade social neste século foram a industrialização e a migração rural-urbana; contudo, mulheres, negros e menos escolarizados são os grupos sócio-demográficos com mobilidade social mais baixa.

Portanto, é relevante apontar que, para a minimização das desigualdades e promoção do empoderamento, se fazem necessárias mudanças nas estruturas sociais e econômicas, capazes de promover a mobilidade coletiva, ou seja, não uma mobilidade em termos individuais.

3. Metodologia

3.1. Área do estudo e fonte dos dados

Esta pesquisa, classificada como descritiva e com a natureza quantitativa das variáveis levantadas, tem como referência 11 municípios localizados nas mesorregiões Sul (Três Pontas, Santana da Vargem, Varginha e Três Corações), Zona da Mata (Viçosa, Muriaé), Rio Doce (Vargem Alegre) e Metropolitana de Belo Horizonte (Esmeraldas, Ribeirão das Neves, Betim e Contagem) do Estado de Minas Gerais. Para a escolha dos municípios, a princípio teve-se como base o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) seguida da acessibilidade.

O IGD é um índice de eficiência da gestão, que combina informações sobre os cumprimentos das condicionalidades da área de educação e de saúde de cada município (MDS, 2010), optando-se por aqueles que tivessem valor intermediário neste índice.

Os sujeitos de pesquisa foram 255 mulheres beneficiárias do PBF, que foram indicadas pelos gestores dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), após autorização das Secretarias de Assistência Social dos municípios.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionários estruturados, pois se mostrou a alternativa mais viável, dada a amplitude e cobertura da pesquisa. Ademais, diversas pesquisas têm sido realizadas de forma quantitativa, para o levantamento de construtos relacionados às crenças e valores.

Para atender os requisitos de validade, confiabilidade, precisão e eliminar problemas potenciais na coleta de dados, o questionário da pesquisa foi submetido a um pré-teste. Todos os aspectos do questionário foram testados, avaliando-se o conteúdo das perguntas, o enunciado, a sequência, o entendimento das questões e as dificuldades para o preenchimento e o tempo da resposta.

A estrutura final do questionário consistiu de 61 perguntas fechadas, abordando pontos relacionados à composição familiar das respondentes, aplicação dos recursos do PBF, relacionamento familiar e empoderamento, relacionamento familiar e PBF e participação em atividade complementar de geração de renda (Apêndice C).

3.2. Alfa de Cronbach

Após o diagnóstico de *outliers*, validação dos pressupostos de normalidade multivariada e eliminação dos questionários inconsistentes, pelo procedimento de Análise Exploratória de Dados (AED), realizou-se o procedimento de validação dos constructos.

O Alfa de Cronbach é um teste de validação de constructos, que tem como referência a média do comportamento da variabilidade conjunta dos itens considerados. A pressuposição é que um conjunto descreve com fidelidade um conceito, as variáveis ou itens que o compõem e que estes se correlacionam fortemente. O teste do Alfa de Cronbach é definido pela fórmula

$$\alpha = \frac{n \left(\frac{COV}{VAR} \right)}{1 + (n - 1) \left(\frac{COV}{VAR} \right)} \quad (1)$$

em que:

Cov = média de covariância entre os pares de itens;

Var = média de variância entre os pares de itens; e

n = número de itens (variáveis).

Segundo Hair (2005a), um conceito é uma idéia genérica constituída pela combinação de uma série de características semelhantes, sendo que essas características são as variáveis que coletivamente definem e possibilitam a mensuração do conceito. Portanto, as afirmativas escolhidas para compor cada um dos construtos foram, criteriosamente, escolhidas para constituir as variáveis que conjuntamente os representa.

Desta forma, os constructos empoderamento, desigualdade social e mobilidade social foram construídos de acordo com a explicação das respectivas questões em que foram baseadas. As respostas às referidas perguntas do questionário se baseiam na escala de Likert, variando de 1 a 7, contendo a opção indiferente, conforme a Figura 1.

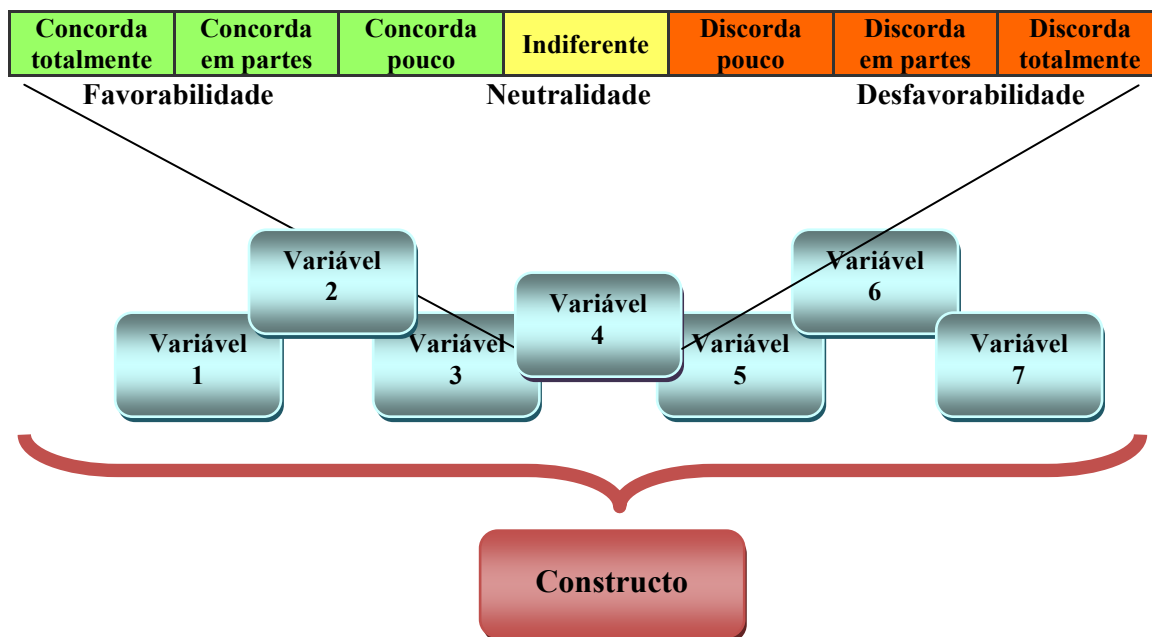


Figura 1 - Formação dos constructos da pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores.

A formação dos constructos foi baseada na lógica de utilizar variáveis que, no todo, indicavam um constructo subentendido e “latente”, ou seja, uma variável de sentido teórico explanável e de cunho prático operacionalizável. No caso em questão, ressalta-se que esses constructos são decorrência, também, da política de transferência e, portanto, constituem fruto da ação do gestor público sobre os beneficiários.

Os valores possíveis de serem assumidos pelo Alfa de Cronbach estão no intervalo de 0 a 1.

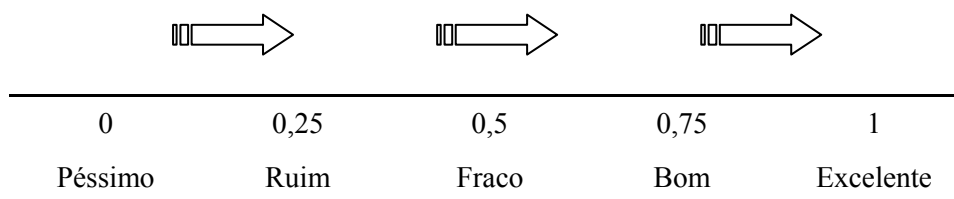


Figura 2 – Valores do teste Alfa de Cronbach

Fonte: Elaborado pelos autores.

É necessário esclarecer que a utilização desses construtos teve como objetivo analisar a possibilidade de ocorrência dos fenômenos sociais por meio da percepção dos acontecimentos citados nas perguntas por parte das beneficiárias e suas opiniões sobre os assuntos relacionados aos ao PBF, além de crenças e valores pessoais.

3.3 Análise de cluster

Após a redução dos fatores, foi realizada a Análise de Cluster, com o objetivo de agrupar as mulheres segundo suas características fundamentais, formando grupos ou conglomerados semelhantes. De acordo com Hair (2005), os grupos em cada conglomerado tendem a ser semelhantes entre si, porém diferentes dos demais pertencentes aos outros conglomerados. Portanto, o procedimento multivariado é mais adequado para o alcance dos objetivos do trabalho.

A análise de cluster envolve, pelo menos, dois momentos: a mensuração da similaridade ou associação entre as variáveis, determinando o número de grupos da amostra; e o esboço do perfil das variáveis, que determina a composição dos grupos.

O conceito implícito está associado à necessidade de se apropriar de algum procedimento para desvendar a relação de associação entre conjunto de componentes. O procedimento utilizado neste trabalho está pautado na distância entre os elementos. Assim, os agrupamentos resultam na homogeneidade derivada do menor somatório de distância entre os componentes dos grupos.

Diferentes métodos podem ser usados para operacionalização do cálculo das distâncias entre os objetos de estudo, os quais são classificados em hierárquicos e não-hierárquicos. Os procedimentos não-hierárquicos designam as observações aos grupos por intermédio de um processo em que o número de grupos deve ser, previamente, definido. Quanto aos procedimentos hierárquicos, consistem basicamente na formação de uma estrutura hierárquica, podendo seguir a via aglomerativa ou a via difusa.

Neste trabalho, foi utilizado o método Hierárquico Aglomerativo de Ward. O procedimento básico consiste em computar uma matriz de distância ou similaridade entre os indivíduos, a partir da qual se inicia um processo de sucessivas fusões destes, com base na proximidade ou similaridade entre eles. Essa matriz é simétrica ($d_{AB} = d_{BA}$), com zeros na diagonal principal, sendo obtida mediante vários métodos. Dentre estes, um dos mais comuns consiste no emprego do quadrado da distância euclidiana como medida de semelhança entre as observações, expressa matematicamente por

$$d_{(A,B)} = \left[\sum_{i=1}^0 (X_{i(A)} - X_{i(B)})^2 \right]^{1/2} \quad (2)$$

em que, $d(A,B)$ é a medida de distância euclidiana da observação A a B, sendo i o indexador das variáveis. Se a distância euclidiana for próxima a zero, significa que os objetos comparados são similares.

É válido ressaltar que não existe, nesta metodologia, nenhuma imposição ou restrição ao número de grupos considerados, dependendo do julgamento do pesquisador no que diz respeito ao foco do trabalho. Uma alternativa comumente utilizada pelos pesquisadores é a seleção dos grupos com base na análise do dendograma, estabelecendo-se um corte em dado valor da distância que melhor representa a distinção entre os grupos. Descrição detalhada desta metodologia pode ser encontrada em Manly (1986), Johnson e Wichern (1998) e Hair (2005).

Nessa técnica de análise multivariada de dados, os conglomerados obtidos devem apresentar tanto homogeneidade interna (dentro de cada conglomerado) quanto grande heterogeneidade externa (entre conglomerados). Portanto, se a aglomeração for bem sucedida, quando for representada em um gráfico, os objetos dentro dos conglomerados estarão muito próximos e os conglomerados distintos estarão afastados.

Por fim, nas análises em ciências sociais aplicadas, a exemplo da administração e economia, é comum dar nomes a cada agrupamento de acordo com suas características. Comumente, realiza-se também uma análise descritiva comparativa, para a validação dos agrupamentos, tomando, como referência, variáveis selecionadas.

3.4 Tabela de contingência e o teste de independência Qui-quadrado

O teste Qui-quadrado permite analisar a relação de independência entre variáveis qualitativas. Para isso, são formuladas Hipóteses H_0 e H_1 . H_0 é a hipótese de que há independência entre as duas variáveis testadas; e H_1 é a hipótese contrária.

Em ciências sociais e, especialmente, em administração pública, este teste é utilizado normalmente para corroborar ou refutar o efeito de políticas públicas ou ações intervencionistas sobre cortes sociais estilizados, a exemplo de variáveis sociais, comportamentais e econômicas em diferentes agrupamentos.

Por definição, duas variáveis são independentes se a probabilidade de observação pertencente a uma dada célula for o produto das suas probabilidades marginais. Considera-se probabilidade marginal o total de cada linha ou coluna dividida pela dimensão da amostra (PESTANA; GAGEIRO, 2005).

O teste Qui-quadrado é utilizado para verificar se a distribuição das frequências observadas se desvia significativamente das frequências esperadas; O qui-quadrado testa a associação entre variáveis, mas não permite obter qualquer evidência quanto à força ou sentido dessa inter-relação. Seu uso não é adequado na análise de amostras pequenas, com menos de 20 indivíduos, ou seja, em tabelas 2 x 2, a frequência esperada mínima não pode ser menor que 5.

No teste Qui-Quadrado, a Hipótese H_0 é rejeitada sempre que o teste der menos do que 0,05; assim, aceita-se a Hipótese H_1 , que é a hipótese de dependência das variáveis testadas. Neste teste, os valores esperados para todas as células são comparados com os respectivos valores observados, a fim de inferir sobre a relação existente entre as variáveis. Se as diferenças entre os valores observados e esperados não são consideradas significativamente diferentes, as variáveis são independentes, ou seja, o valor do teste pertence à região de aceitação. Caso contrário, rejeita-se a Hipótese da independência, ou seja, o valor do teste pertence à região crítica.

Vale ressaltar que o teste Qui-Quadrado apenas informa sobre a independência entre as variáveis, porém não indica o grau de associação existente. Desta forma, os valores mais elevados do Qui-quadrado não significam maior relação entre as variáveis.

4. Resultados

4.1 Validação dos constructos

O constructo do empoderamento teve um valor de $\alpha = 0,73$ mostrando, que este constructo é relevante e, dentre os escores, é razoável e bom, contendo variáveis que versavam sobre a influência do PBF para as dimensões da autoridade e respeito da mulher na família.

O constructo desigualdade de gênero e o constructo mobilidade social apresentaram o valor $\alpha = 0,60$, o que indica um valor fraco, porém aceitável e relevante ao estudo, podendo-se afirmar que eles refletem com confiabilidade os fenômenos investigados.

Todas as variáveis que compõem os constructos são explicadas no Quadro 1.

Quadro 1 - Formação dos constructos

Constructo	Variáveis
Empoderamento $\alpha = 0,73$	Autoridade e respeito Responsabilidades Acesso ao crédito Assistência a saúde Oportunidades de estudo Valorização da mulher na sociedade Valor como cidadã
Desigualdade de Gênero $\alpha = 0,60$	Tomada de decisão na família Realização de tarefas domésticas Trabalho fora de casa Função da mulher na família Obediência ao marido Homem responsável pelo sustento da família
Mobilidade Social $\alpha = 0,60$	Atendimento à necessidades básicas Acesso ao crédito Assistência à saúde Oportunidade de estudo Estudo dos filhos Necessidade de trabalhar

Fonte: Resultados da pesquisa.

4.2 Análise dos agrupamentos sociais

Em princípio, foi realizada uma Análise Exploratória de Dados (AED) visando compreender, descrever e resumir o comportamento do conjunto de dados, a fim de conhecer suas características importantes. Segundo Triola (2005), é importante investigar mais profundamente o conjunto de dados, de modo a identificar quaisquer características notáveis, especialmente aquelas que possam afetar fortemente os resultados e as conclusões.

A AED envolve a análise de frequência e análise descritiva, por meio das quais são analisadas medidas de centro ou de posição, medidas de variação ou dispersão e medidas de distribuição. Compõe a análise de medidas de tendência central como média, mediana e moda, bem como medidas de dispersão como o desvio padrão, a amplitude, assimetria e curtose, que visam verificar como os dados estão distribuídos e concentrados. O Quadro 2 apresenta algumas dessas principais medidas.

Quadro 2 - Constructos utilizados no modelo de agrupamento social

	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>Média</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>Assimetria</i>	<i>Curtose</i>
Constructo Empoderamento	1,00	6,43	2,95	1,25	0,65	0,31
Constructo Desigualdade	1,00	7,00	4,83	1,30	-0,39	-0,42
Constructo Mobilidade	1,00	7,00	3,47	1,26	0,23	-0,18

Fonte: Resultados da pesquisa.

Observa-se que o constructo empoderamento teve a menor média, apesar da assimetria positiva sugerir a existência de um grupo de mulheres altamente empoderadas, conforme evidenciado pela formação dos grupos sociais. Diferentemente dos demais constructos, a curtose positiva deste constructo sugere maior concentração e menor dispersão em torno da média, corroborada pelo menor desvio padrão, apesar da normalidade não ter sido testada por tratar-se de variáveis ordinais e, portanto, não escalares.

Para interpretação dos grupos formados, no intuito de discernir sobre a combinação dos fatores que levou à construção de cada agrupamento, foi realizada a análise dos escores da escala somada dos constructos, classificando-os em baixo, médio e alto¹. O Quadro 3 resume a caracterização dos agrupamentos sociais observados, em razão das três dimensões consideradas.

Quadro 3 - Análise de desempenho dos grupos

Agrupamentos Sociais	Número	Fatores	Classificação
Cluster 1 Alta vulnerabilidade	47	Constructo Empoderamento	Baixo
		Constructo Desigualdade de Gênero	Baixo
		Constructo Mobilidade Social	Baixo
Cluster 2 Baixa vulnerabilidade	157	Constructo Empoderamento	Alto
		Constructo Desigualdade de Gênero	Médio
		Constructo Mobilidade Social	Alto
Cluster 3 Potencialmente favorecidos (Média vulnerabilidade)	51	Constructo Empoderamento	Baixo
		Constructo Desigualdade de Gênero	Alto
		Constructo Mobilidade Social	Baixo

Fonte: Resultados da pesquisa.

O Cluster 1, composto, por 47 mulheres, apresentou escores baixos em todos os constructos: de baixo empoderamento, baixa mobilidade social, mas, baixa desigualdade de gênero. Por esta razão, pode-se dizer que trata-se de um grupo de mulheres pouco favorecidas no panorama dessas três dimensões, razão pela qual este grupo foi nomeado como “Alta vulnerabilidade”.

O Cluster 2, composto por 157 mulheres, apresentou escores altos nos constructos de empoderamento e mobilidade social, mas valor médio no constructo desigualdade de gênero.

¹ Os limites representam a média e mais 1/2 e menos um 1/2 desvio padrão, representando baixo e alto estratos, respectivamente.

Este grupo foi o que mais se destacou, prevalecendo as mulheres mais favorecidas e, portanto, foi denominado como “Baixa vulnerabilidade”.

O Cluster 3, que consta de 51 mulheres, demonstrou baixo empoderamento e baixa mobilidade social, embora tenha alta desigualdade de gênero. Por esses motivos, foi denominado como grupo de “Média vulnerabilidade”.

A Figura 2 permite a visualização dos agrupamentos sociais em um plano de três dimensões, formado pela frequência observada dos três constructos. Esta figura descreve o comportamento de cada conjunto de respondentes, possibilitando identificar os impactos sociais observados e sua contribuição para o planejamento de estratégias, visando diminuir o risco social.

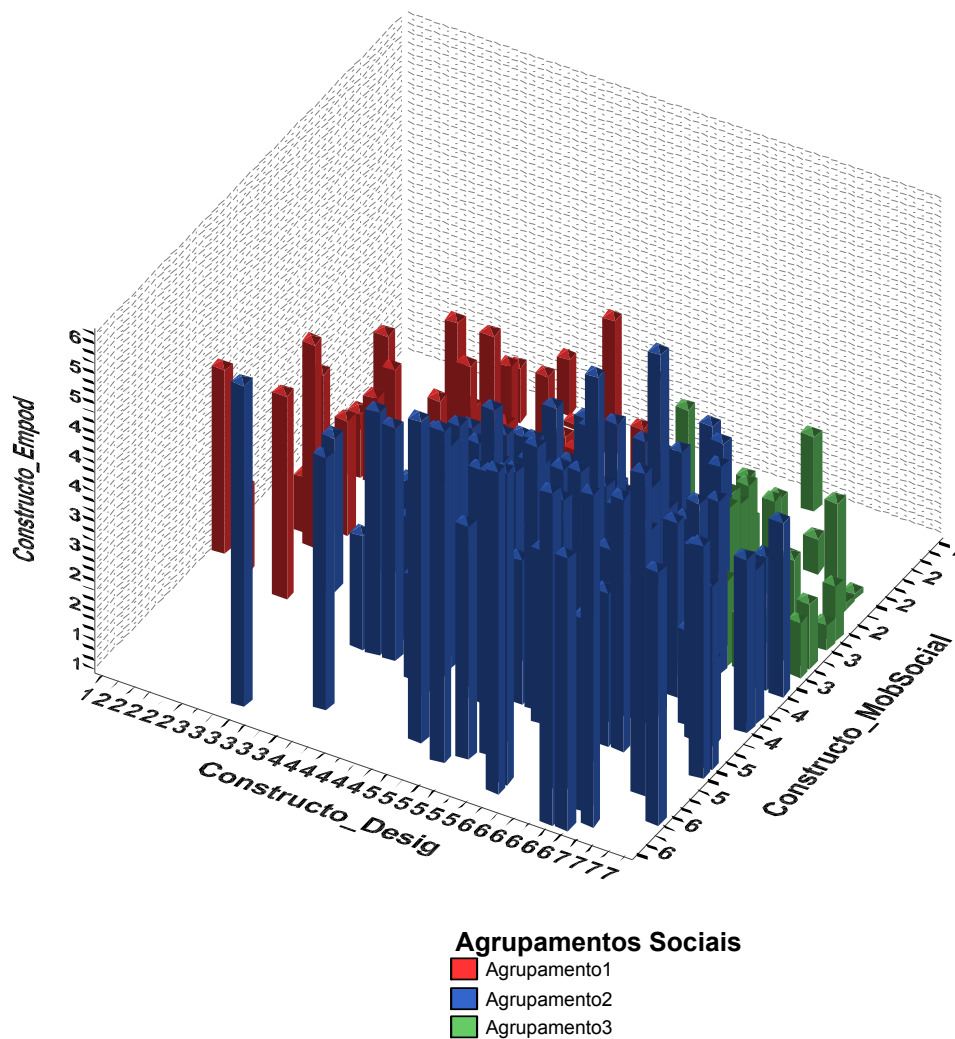


Figura 2 - Agrupamentos sociais baixa, média e alta vulnerabilidade
Fonte: Resultados da pesquisa.

As dimensões da Figura 1 representam os três fatores sociais utilizados na classificação dos grupos, a saber: F1- Empoderamento; F2 – Desigualdade de gênero; F3 - Mobilidade Social. Para facilitar a visualização, os agrupamentos foram posicionados nas coordenadas dos fatores F1 e F3, que demonstram ser mais relevantes na discriminação dos grupos.

4.3. Agrupamentos sociais

Para descobrimento das inferências, foi realizado um teste de independência qui quadrado (χ^2), em que deve-se observar o valor esperado e o valor observado do número de indivíduos nos agrupamentos. O seu objetivo é verificar se a distribuição das frequências observadas se desvia significativamente das frequências esperadas.

Caso o número observado seja maior que o número estimado, pode-se dizer que existe dependência entre estas variáveis.

O teste qui-quadrado mostrou que, das variáveis socioeconômicas, apenas as variáveis microrregião, cidade, escolaridade, outra fonte de renda e frequência da ida da mulher ao médico foram, estatisticamente, significativas ($p < 0,10$). Quanto às variáveis relacionadas a crenças e valores, apenas, as variáveis “mulher dar satisfação ao homem” e “violência doméstica” não foram estatisticamente significativas. A Tabela 1 mostra os resultados do teste qui-quadrado para todas as variáveis socioeconômicas e e as variáveis crenças e valores.

Tabela 1 - Resultados do teste de independência qui-quadrado

Variáveis socioeconômicas	p	Variáveis crenças e valores	p
Microrregião	0,000*	Obedecer ao marido	0,000*
Cidade	0,000*	Homem sustento da casa	0,000*
Idade	0,180	Homem decisões família	0,000*
Cor ou raça	0,197	Mulher satisfação ao homem	0,408
Estado civil	0,269	Homem tarefas domésticas	0,000*
Escolaridade	0,067*	Mulher não trabalhar	0,000*
Ocupação	0,219	Função da mulher cuidar da casa e filhos	0,000*
Outra fonte de renda	0,045*	Violência doméstica	0,327
Frequência mulher médico	0,062*		
Frequência filhos médico	0,495		

*Estatisticamente significativo (90% de confiança)

Fonte: Resultados da pesquisa.

Todas as variáveis relacionadas ao PBF, foram estatisticamente significativas ($p < 0,10$) pelo teste de independência qui-quadrado, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Resultados do teste de independência qui-quadrado.

Variáveis PBF	p
Diminuição do tempo	0,004*
Atende às necessidades da família	0,022*
Cuidar exclusivamente dos filhos	0,000*
Aumento da autoridade e respeito	0,000*
Aumento das responsabilidades	0,000*
Aumento do crédito	0,000*
Acesso a serviços de saúde	0,000*
Oportunidade de estudo, cursos	0,000*
Se o BF acabar, iria atrapalhar o estudo dos filhos	0,000*
Valoriza a mulher	0,029*
Valor como cidadã	0,000*
BF independência do marido	0,003*

* Estatisticamente significativo (90% de confiança)

Fonte: Resultados da pesquisa.

A Figura 3 mostra os agrupamentos, conforme as microrregiões.

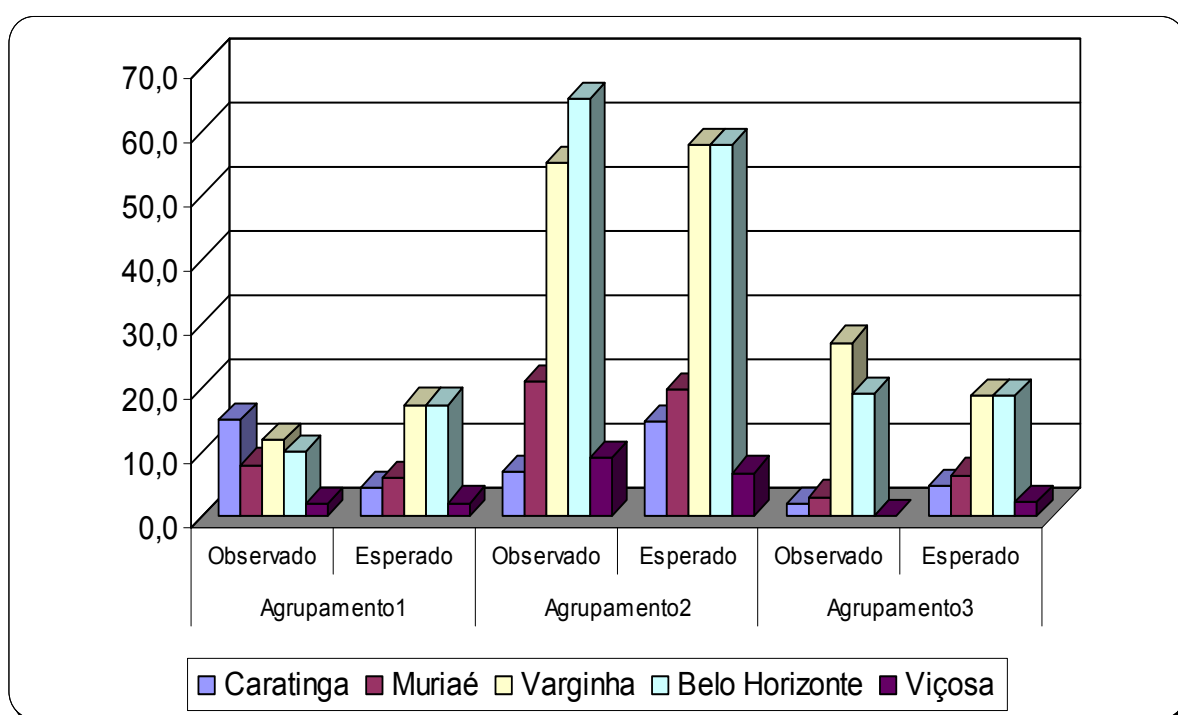


Figura 3 - Agrupamentos conforme as microrregiões

Fonte: Resultados da pesquisa.

Dessa forma, percebe-se que o cluster 1 é formado em sua maioria, por mulheres da microrregião de Caratinga e Muriaé. O cluster 2 é composto, na maioria, por mulheres das

microrregiões de Varginha e Metropolitana de Belo Horizonte e Viçosa. E o terceiro grupo é composto em sua maioria por mulheres das microrregiões de Varginha e Belo Horizonte.

Cluster 1 – Alta vulnerabilidade

Este cluster consiste em um grupo de 47 mulheres (18,43% da amostra). Caracteriza-se pelo baixo nível de empoderamento, baixa mobilidade social e baixa desigualdade de gênero. É formado, em sua maioria, por mulheres da microrregião de Caratinga e Muriaé.

Neste grupo, prevalecem as mulheres com maior tendência à submissão, que acreditam que o homem deve ser o principal responsável pelo sustento da casa e deve tomar todas as decisões, que a mulher não deve trabalhar e que a função da mulher é só cuidar da casa e dos filhos.

Quanto ao PBF, este grupo tende a concordar, totalmente, que os benefícios atendem plenamente as necessidades da família relacionadas à saúde, educação e alimentação. Também tendem a concordar totalmente, ou em partes, que com o PBF a mulher pôde cuidar exclusivamente dos filhos sem se preocupar em trabalhar.

Quanto à autoridade e respeito, aumento da autoridade na família e aumento do crédito, este grupo também tende a concordar totalmente que o PBF influenciou positivamente esses temas. Em relação ao acesso a serviços de saúde, prevalece o pensamento de que o PBF melhorou o acesso aos serviços públicos de saúde e que houve mais oportunidades para estudar, fazer cursos de capacitação e qualificação.

O grupo também tende a concordar que o PBF valoriza a mulher na sociedade (68,1%) e que o PBF aumentou sua percepção como cidadã (66,0%).

Segundo essas mulheres, o PBF não aumentou o poder de decisões na família, não proporcionou oportunidades de emprego, mas possibilitou mais tranquilidade para que as mulheres ficassem em casa cuidando exclusivamente dos filhos.

Por se tratar de mulheres com menor escolaridade, o PBF não consegue influenciar a mulher por si só, sendo possível observar alguns resultados positivos para os filhos dessas beneficiárias. Como são mulheres mais dependentes, de qualquer forma elas estariam mais alijadas do mercado de trabalho, tanto devido ao pensamento de submissão quanto à falta de escolaridade. Portanto, este grupo de mulheres é o mais vulnerável socialmente, pois, se não houvesse o PBF, seus filhos poderiam estar em grave situação de risco. Sendo assim, para este grupo de mulheres, o PBF consegue apenas melhorar a vida dos filhos.

No exemplo da relação dos agrupamentos com a variável outra fonte de renda (Figura 4), no grupo 1 foi encontrado que 78,7% não possuem outra fonte de renda, sendo que este número real é 22,3% maior que o nível esperado. Portanto pode-se inferir que, neste grupo, prevalecem mulheres que não possuem outra fonte de renda.

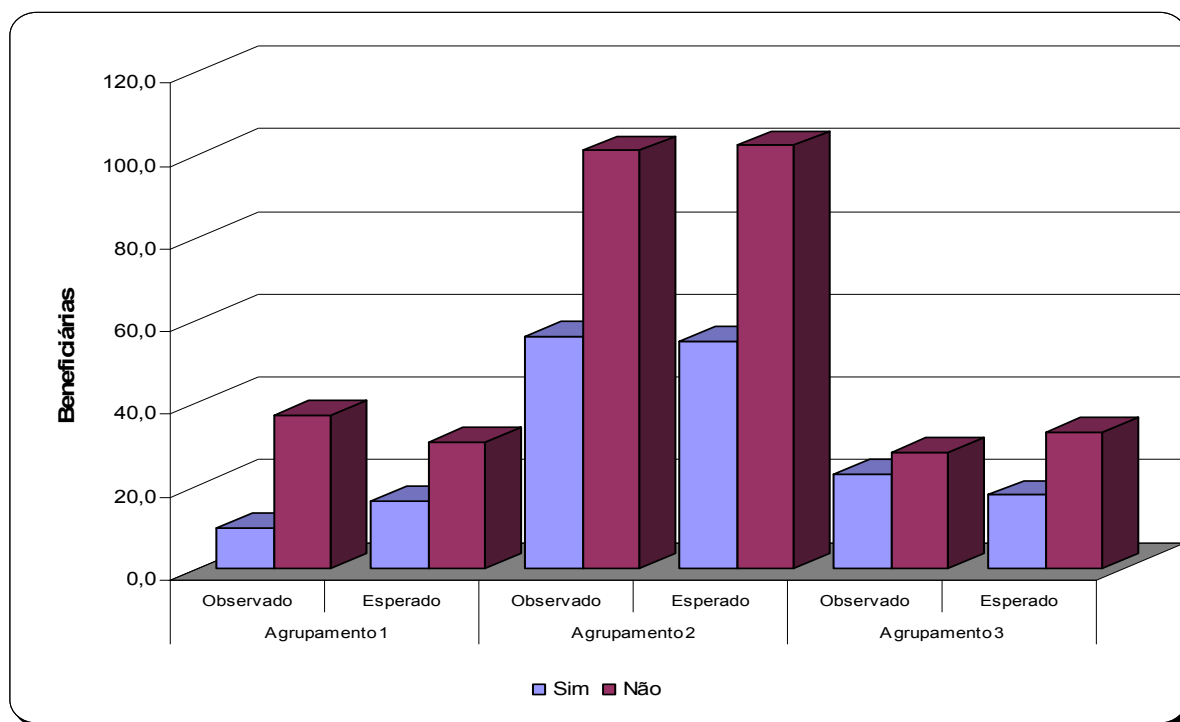


Figura 4 - Agrupamentos e a variável outra fonte de renda

Fonte: Resultados da pesquisa.

Cluster 2 – Baixa vulnerabilidade

O segundo cluster (61,56% da amostra), maior grupo contemplado na pesquisa (n=157), é o grupo que contém alto valor de empoderamento e mobilidade social e médio valor de desigualdade de gênero.

É composto, na maioria, por mulheres das microrregiões de Varginha e Metropolitana de Belo Horizonte e Viçosa. Possui maior número de mulheres com ensino fundamental e médio incompletos (conforme a Figura 5) e que possuem outra fonte de renda além do PBF.

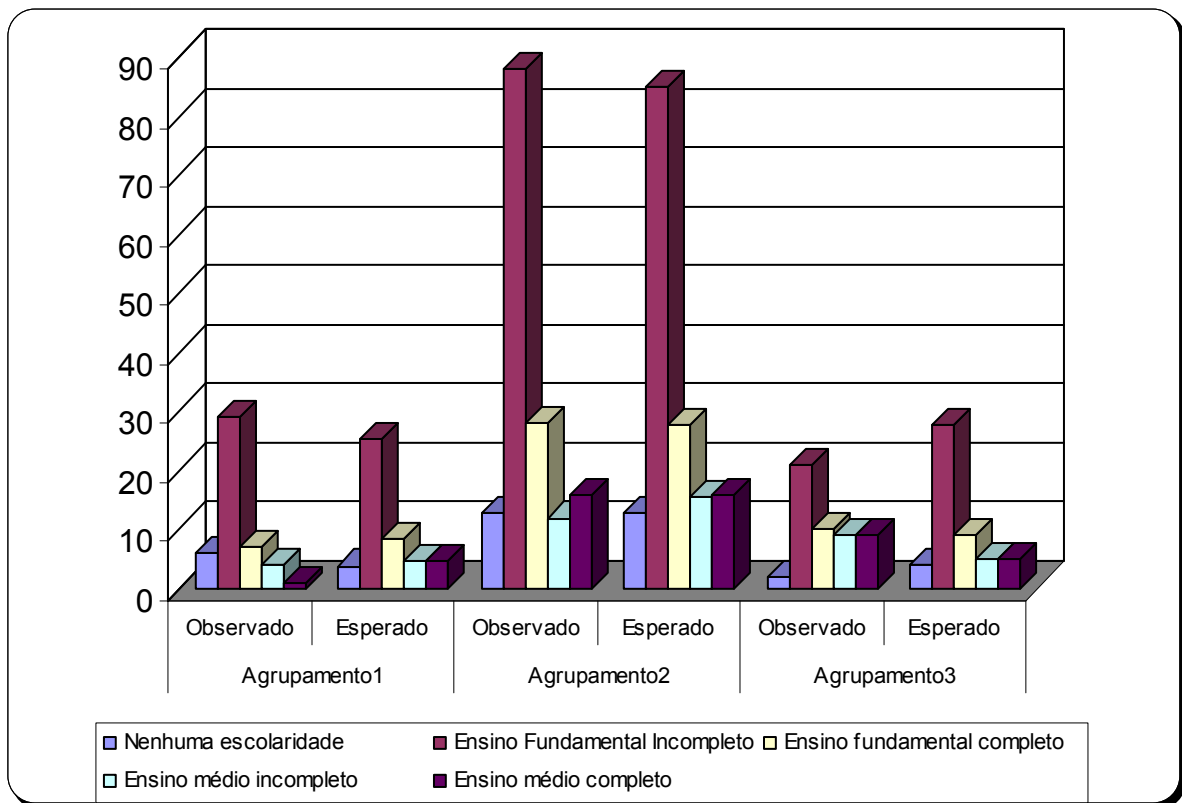


Figura 5 - Escolaridade das mulheres por microrregião

Fonte: Resultados da pesquisa.

Neste grupo, prevalece o pensamento de que a mulher deve obedecer ao marido e que o homem deve sustentar a casa, semelhantemente ao grupo 1. Entretanto, elas tendem a discordar totalmente e em partes, quanto ao homem tomar todas as decisões na família, a discordar que a mulher trabalhe e considerar que a função da mulher é só cuidar da casa e dos filhos.

Em relação ao PBF, este grupo discorda que o programa consegue atingir todas as necessidades da família, concordando que a mulher precisa trabalhar fora de casa e sua função não é só cuidar da casa e dos filhos.

Ao contrário do grupo 1, as mulheres do grupo 2 tendem a discordar totalmente que o PBF aumentou o crédito no mercado.

Neste grupo, as mulheres se mostram com mais empoderamento ao concordar que a mulher não deve obedecer ao marido, que o homem não deve ser o principal responsável pelo sustento da casa.

Por serem as mais favorecidas, têm plenas condições de superação da pobreza inter e intrageracional, inclusive para mobilização social. Portanto, o Bolsa família pode aumentar o empoderamento e diminuir, consideravelmente, as desigualdades de gênero.

Cluster 3 – Potencialmente favorecido (Média vulnerabilidade)

O terceiro grupo (n=50) (20% da amostra) é composto em sua maioria por mulheres das microrregiões de Varginha e Belo Horizonte. Em comparação com toda a amostra, elas possuem os maiores níveis de escolaridade, com ensino médio completo e incompleto.

Em relação a crenças e valores, este grupo é o mais independente ou menos submisso, pois o pensamento de discordância total prevalece sobre todas essas variáveis.

Neste grupo, maior número de mulheres possuem outra fonte de renda, em comparação com o grupo 1. Entretanto, são essas mulheres que se mostraram ou discordaram com relação aos benefícios do PBF. Elas são indiferentes aos temas relativos a crédito, oportunidades e independência do marido, modificação do valor como cidadão e valorização da mulher na sociedade, provavelmente porque são as que mais trabalham e mais estudaram. Dessa forma, o PBF não consegue atingir essas dimensões do seu contexto pessoal, pois, elas já têm outra formação.

As mulheres do grupo 3 constituem alvos em potencial do PBF para elevação de seus níveis sociais e qualidade de vida em curto prazo, porque elas estudaram mais e têm outra fonte de renda além do BF. Contudo, elas consideram que o PBF atende totalmente às necessidades da família.

5. Considerações finais

Os resultados positivos do PBF já são conhecidos, como o aumento do número de matrículas das crianças, melhoria da alimentação e nutrição das famílias e crianças. Contudo, há muita expectativa e questionamentos a respeito da influência sobre a condição de vida da mulher, por um lado aumentando seu empoderamento e, por outro lado, trazendo acomodação e perpetuando seu papel de maternagem.

Nesse âmbito, a partir deste estudo, foi possível perceber que o PBF pode funcionar como um estímulo e como um agente de mudança na vida das mulheres. Contudo, as causas do empoderamento, como a diminuição das desigualdades de gênero e mobilidade social, estão mais intimamente ligadas à escolaridade, crenças e valores pessoais das mulheres.

Para as mulheres que estudaram mais, o PBF pode funcionar como uma ajuda emergencial, não acarretando efeitos sobre sua autonomia, autoestima e empoderamento. Para as mulheres que estudaram até o ensino fundamental completo, é possível encontrar impactos significativos na sua independência dos maridos, autonomia e poder de decisão.

Por outro lado, as mulheres com nenhuma ou pouca escolaridade podem não conseguir alcançar impactos relevantes, além daqueles já conhecidos para os filhos e famílias, pois, foi possível observar que estas já possuem tendência a ter pensamentos mais submissos como, por exemplo, que a função da mulher é só cuidar da casa e dos filhos e que não precisam trabalhar.

Este trabalho proporcionou uma visualização que facilita a compreensão dos resultados, diante dos problemas sociais de estagnação e estabilização de alguns grupos, bem como a mobilidade ou promoção social, sendo mais comum ao nível individual do que grupal, tornando a esfera pública necessária para seu melhor encaminhamento.

Portanto, a estratificação é importante para se trabalhar as particularidades do empoderamento, da desigualdade e da promoção da mobilidade social, como estratégias flexíveis e adaptáveis, respeitando as diversidades observadas para melhor orientação das intervenções públicas.

6. Referências Bibliográficas

- AGENDE. **Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher**. Universidade de Brasília. 2006.
- ALSOP, Ruth. **Empowerment: if it matters, how do we measure it?** Conference Paper. International Conference: The many dimensions of poverty. Brasil, 2005.
- ANDRADE, F. C. D. **A evolução da mobilidade social em cinco regiões metropolitanas brasileiras, 1988 e 1996**.
- BASSETT, L. **Can conditional cash transfer programs play a greater role in reducing child undernutrition?** Washington DC: World Bank, Discussion Paper 0835, 2008.
- BRONZO, C. **Vulnerabilidade, Empoderamento e Proteção Social. Reflexões a partir de experiências latino-americanas**. XXXII EnANPAD, 2008.
- CKAGNAZAROFF, I. B.; MACHADO, M. L. J. **Empoderamento de Mulheres: Avaliação de Impacto de Uma ONG na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. XXXII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, 2008.
- COADY, D. P.; PARKER, S. **A Cost-Effectiveness Analysis of Demand- and Supply-Side Education Interventions: The Case of PROGRESA in Mexico**. Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE) - División de Economía. **Review of Development Economics**, v. 8, n. 3, pp. 440-451, agosto de 2004.
- COSTA, J. S., PINHEIRO, L., MEDEIROS, M., QUEIROZ, C. **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. IPEA, 2005.

- FARRINGTON, John; SLATER Rachel. Introduction: Cash Transfers: Panacea for Poverty Reduction or Money Down the Drain? *Development Policy Review*, 2006, vol. 24, issue 5, pages 499-511. Disponível em: <http://econpapers.repec.org>. Acesso em 20 out 2009.
- FISZBEIN, A. e SCHADY N., Conditional Cash Transfers Reducing Present And Future Poverty. **Library of Congress Cataloging-in-Publication Data**. The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank, 2009.
- GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**. v. 13, n.2, p. 20-31, ago. 2004.
- HAIR, J. F. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre. Bookman, 2005. 593 p.
- HASAN, Amer, **Gender-Targeted Conditional Cash Transfers: Enrollment, Spillover Effects and Instructional Quality** (March 1, 2010). World Bank Policy Research Working Paper Series, 2010.
- IPEA; UNIFEM; SPM. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - 3ª Edição**, 2008.
- JANUZZI, P. M., **Mobilidade ocupacional e social dos migrantes no estado de São Paulo: 1980-1993**. Campinas: Unicamp, (tese de doutorado) 1998.
- JOHNSON, R., WICHERN, D.W. **Applied multivariate statistical analysis**. 4.ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1998.
- MAGESTE, G. S.; MELO, M. C. O. L.; CKAGNAZAROFF, I. B. **Empoderamento de Mulheres: uma proposta de análise para organizações**. V Encontro de Estudos Organizacionais da Associação Nacional de Pós Graduação em Administração. Belo Horizonte, 2008.
- MALHOTRA, A.; SCHULER, S. R.; BOENDER, C. **Measuring Women's Empowerment as a Variable in International Development**. Background Paper Prepared for the World Bank Workshop on Poverty and Gender: New Perspectives. 2002.
- MANLY, B.F.J. **Multivariate statistical methods - a primer**. New York: Chapman and Hall, 1986. 159 p.
- MEDEIROS, M. BRITTO, T. SOARES, F. **Programas focalizados de transferências de renda no Brasil: contribuições para o debate**. Texto para Discussão nº 1283. Brasília: IPEA, 2007.
- RAWLINGS, Laura, B.; RUBIO, Gloria M. **Evaluating the impact of Conditional Cash Transfer Programs**. The World Bank Research Observer. Disponível em: <http://www.undp-povertycentre.org/publications/mds/33P.pdf>. Acesso em: 21 out 2009
- TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2005. 656 p.

3. CONCLUSÕES GERAIS

A partir deste estudo, foi possível confirmar os efeitos positivos do Programa Bolsa Família tanto para as famílias quanto para as mulheres, refletidos na autonomia, autoestima e empoderamento, nos aspectos sociocultural, familiar-interpessoal, legal-político e psicológico, a partir de efeitos não-materiais como a tomada de decisões, participação em grupos extrafamiliares, conscientização sobre direitos, liberdade de escolha e autoconfiança; ressaltando-se a melhoria nas condições de vida e a inclusão social.

O PBF propõe a retirada de entraves à participação ativa das mulheres no contexto de suas vidas pública e privada, através do compartilhamento e/ou ampliação nas tomadas de decisão econômicas. A retirada destes entraves se consolida quando observa-se que o compartilhamento do poder e da responsabilidade vêm sendo estabelecidos entre mulheres e homens na família e nas comunidades, portanto, o processo do empoderamento econômico das mulheres beneficiárias é, impulsionado pela gestão dos recursos e condicionalidades do PBF.

Todavia, o empoderamento econômico, avaliado como fundamental para a emancipação das mulheres, é só parcialmente alcançado, pois, apesar das mulheres serem as responsáveis, na maioria das vezes, pelo como e onde aplicar os recursos do Bolsa família, elas ainda não estão inseridas no mercado de trabalho formal.

O fato de as mulheres beneficiárias não trabalharem regularmente fora de casa, principalmente por medo de perder o Bolsa Família, induz a reflexões sobre as oportunidades e as condições de emprego que lhes são ofertadas. Tendo em vista que essas mulheres muitas vezes não dispõem de creches para deixar os filhos enquanto trabalham e o fato de pagar alguém para cuidar dos filhos, pode fazer com que, muitas vezes, o recebimento de um salário formal resulte em um rendimento real menor ou igual ao oferecido pelo programa. Assim, as condições em que estas mulheres encontram-se, faz com que optem apenas pelo recebimento do Bolsa Família, e dediquem-se quase que exclusivamente a família, realizando trabalhos eventuais para complementar os rendimentos.

Tentando melhorar as condições das mulheres frente ao mercado de trabalho surge a figura dos Centros de Referência de Assistência Social, que podem funcionar como um estímulo e como um agente de mudança na vida das mulheres, uma vez que oferecem possibilidades de aprendizado através de cursos e maior interação com a sociedade. Contudo, comprova-se que os efeitos para o empoderamento, a diminuição das desigualdades de gênero

e a mobilidade social, tem ligação intrínseca com a escolaridade, as crenças e os valores pessoais das mulheres.

Ressalta-se a necessidade de conexão do PBF com atividades educacionais e produtivas de forma mais contundente, para que as mulheres possam ter mais oportunidades de emprego formal e não apenas trabalhos eventuais, precários ou subempregos, com objetivo de desenvolver suas capacidades e promover o alcance pleno da dimensão econômica, além de solidificar o processo global de empoderamento. Cabe ressaltar ainda, que, além da falta de oportunidades e qualificação, existem outros fatores que influenciam as mulheres na decisão de exercer ou não atividade formal remunerada, como as crenças e os valores pessoais.

Sendo assim, enfatiza-se a necessidade de maior informação e orientação a respeito do PBF e das condicionalidades, pois, apesar da aplicação dos recursos do PBF ser realizada, em sua maioria, de maneira adequada pelas mulheres assistidas, ficou claro que a melhor compreensão por parte das mulheres sobre a importância do PBF tornaria mais fácil o cumprimento do que lhes é demandado.

Por fim, a visão coletiva dos gestores dos Centros de Referência de Assistência Social e das mulheres proporcionou identificar os principais efeitos do Programa Bolsa Família sobre o empoderamento das mulheres.

Ademais, a estratificação mostrou-se como ferramenta importante para a visualização das particularidades e os impactos do Bolsa Família no empoderamento, desigualdade de gênero e mobilidade social das mulheres, enfatizando os fatores de diferenciação como apoio à elaboração de estratégias flexíveis e adaptáveis, respeitando as realidades e as diversidades das beneficiárias do Programa Bolsa Família. Sendo assim, espera-se que esta nova estratificação, sirva como instrumento orientador na elaboração das políticas públicas mais focalizadas.

REFERÊNCIAS

- AGENDE. **Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher**. Universidade de Brasília. 2006.
- COADY, D. P.; PARKER, S. A Cost-Effectiveness Analysis of Demand- and Supply-Side Education Interventions: The Case of PROGRESA in Mexico. Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE) - División de Economía. **Review of Development Economics**, v. 8, n. 3, pp. 440-451, agosto de 2004.
- SUPLICY, E. M. **Renda de Cidadania**: a saída é pela porta. São Paulo: Cortez: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- VILLATORO, P. Conditional Cash Transfer Programmes: experiences from Latin America. **CEPAL Review**, 86, pp. 83-96. 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista (Gestores dos CRAS)

- 1) Quais são os principais motivos que as mulheres visitam o CRAS?
- 2) Como as mulheres compreendem o PBF?
- 3) Como as mulheres aplicam os recursos do PBF?
- 4) Como as mulheres compreendem as condicionalidades do PBF?
- 5) Houve alguma mudança da mulher em relação ao CRAS depois do PBF?
- 6) Houve alguma mudança de atitude em relação aos filhos e maridos depois do PBF?
- 7) Qual foi a atitude das mulheres em relação ao trabalho (emprego/formalização empregatícia) depois do PBF?
- 8) Qual a visão das mulheres que não recebem o benefício em relação ao PBF?
- 9) Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

APÊNDICE B

Roteiro da entrevista (Mulheres beneficiárias do PBF)

- 1) Perfil (Nome/Idade/Estado Civil/Escolaridade/Nº de filhos/Tempo que recebe o PBF)
- 2) Quem controla o dinheiro da família? Desde quando?
- 3) Quem controla o dinheiro recebido do PBF?
- 4) Como você aplica os recursos recebidos do PBF?
- 5) Quais são as prioridades na utilização do recurso recebido do PBF?
- 6) Os recursos satisfazem as necessidades da família com educação, saúde e alimentação? Explique.
- 7) Após o recebimento do PBF teve mais crédito no mercado (comprar fiado)?
- 8) Com o PBF você teve mais oportunidade de emprego? Por quê?
- 9) Você concorda que a mulher precisa exercer atividade remunerada? Por quê?
- 10) Você concorda que a função da mulher na família é apenas cuidar da casa e dos filhos? Explique.
- 11) A posse do cartão melhorou sua compreensão de sua função como cidadã?
- 12) Com o PBF teve mais acesso a médicos, assistência à saúde?
- 13) Com o PBF teve mais oportunidades de fazer cursos de capacitação e qualificação? Quais? Explique.
- 14) Com o PBF teve mais comprometimento/empenho com a educação dos filhos e filhas? Explique.
- 15) Com o BF se sentiu mais valorizada como mulher na família e na comunidade? Explique.
- 16) Você pode decidir sobre o momento de engravidar? Explique.
- 17) Você pode decidir sobre o uso de métodos contraceptivos? Explique.
- 18) Você tem livre controle sobre a escolha do parceiro? Explique.
- 19) Você tem livre controle sobre a escolha do momento de casar? Explique.
- 20) Com o BF suas responsabilidades pela família aumentaram?
- 21) Com o BF você teve mais independência financeira em relação ao marido?
- 22) Você concorda que a mulher deve obedecer ao marido ou companheiro? Explique como é na sua família.
- 23) Você concorda que o homem deve ser o principal responsável pelo sustento da família? Explique.
- 24) Você concorda que o homem deve tomar todas as decisões na família? Explique como é na sua família.
- 25) A mulher deve dar satisfação ao homem de tudo que faz? Explique como é na sua família.
- 26) O homem precisa ajudar nas tarefas domésticas? Explique como é na sua família.
- 27) Você escolhe suas relações pessoais? (amigos, colegas, vizinhos)
- 28) Você tem conhecimento sobre seus direitos legais? – os recursos com os quais você pode se defender?
- 29) Você tem conhecimento do sistema público e dos meios de acesso à ele? (Secretarias de Assistência Social/Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)?
- 30) Você participa de alguma Associação/Igreja/Sindicato? (antes e depois do PBF)
- 31) Você tem consciência da importância do voto?
- 32) Você já reivindicou algum direito antes e depois do PBF?

APÊNDICE C

Questionário

2010/I

COMPOSIÇÃO FAMILIAR E BOLSA FAMÍLIA

Gostaria de agradecer a sua colaboração e caso você queira receber mais informações sobre esta pesquisa, favor entrar em contato conosco. Por tratar-se de pesquisa científica, informamos que os nomes não serão divulgados em nenhuma hipótese.

1. Qual a sua idade?

2. Qual cor ou raça você se considera?

1. Branca 2. Preta 3. Indígena
 4. Amarela 5. Parda

3. Qual é o seu estado civil?

1. Solteira 2. União Estável 3. Casada
 4. Separada 5. Divorciada 6. Viúva

4. Você ainda estuda?

1. Sim 2. Não

5. Qual o seu grau de escolaridade?

1. Nenhuma escolaridade
 2. Ensino Fundamental Incompleto
 3. Ensino Fundamental Completo
 4. Ensino Médio Incompleto
 5. Ensino Médio Completo
 6. Ensino Superior Incompleto
 7. Ensino Superior Completo

6. Cite as duas principais razões que a levaram a parar de estudar

1. Casamento
 2. Acha cansativo/Não gosta
 3. Passou da idade
 4. Influência da família
 5. Não tem tempo
 6. Teve que trabalhar
 7. Tem dificuldade de aprendizagem

*Você pode marcar diversas casas (2 no máximo).
A questão só é pertinente se Escolaridade1 = "Não"*

7. Qual a sua principal ocupação? Se outro, qual?

1. Desempregada
 2. Dedicar-se ao lar
 3. Aposentada
 4. Empregada Doméstica
 5. Estudante
 6. Dona do próprio negócio
 7. Outros

8. Você possui outra fonte de renda além do BF/Trabalho?

1. Sim 2. Não

9. Em caso afirmativo, qual?

A questão só é pertinente se Outra fonte de renda = "Sim"

10. Cite os dois principais fatores que a levam a exercer atividade remunerada

1. Alimentar-se
 2. Proporcionar segurança e recuos básicos para a família
 3. Relacionar-se com outras pessoas, pertencer a um grupo
 4. Ter auto-estima, respeito dos outros, autoconfiança
 5. Complementar a renda familiar
 6. Comprar bens de consumo supérfluos
 7. Realização pessoal

Você pode marcar diversas casas (2 no máximo).

A questão só é pertinente se Ocupação da mulher # "Desempregada" e Ocupação da mulher # "Dedicar-se ao lar" e Ocupação da mulher # "Aposentada" e Ocupação da mulher # "Estudante"

11. Cite os dois principais fatores que a levam a não exercer atividade remunerada

1. Não quer
 2. Prefere cuidar dos filhos e do lar
 3. Está grávida
 4. Não precisa trabalhar (considera suficiente a renda da família)
 5. O companheiro não permite
 6. Não tem oportunidade, estudo, qualificação
 7. Por deficiência física ou saúde debilitada

Você pode marcar diversas casas (2 no máximo).

A questão só é pertinente se Ocupação da mulher = "Desempregada" ou Ocupação da mulher = "Dedicar-se ao lar" ou Ocupação da mulher = "Aposentada" ou Ocupação da mulher = "Estudante"

12. Qual é a principal ocupação do companheiro? Se outro, qual?

1. Desempregado
 2. Aposentado
 3. Estudante
 4. Lavrador
 5. Serviços Gerais (Bico)
 6. Dono do próprio negócio
 7. Outros
 8. Pedreiro

A questão só é pertinente se Estado Civil = "União Estável" ou Estado Civil = "Casada"

13. Quantidade de pessoas na família, que moram na casa, incluindo você

14. Quantas pessoas têm atividade remunerada, formal e informal na família?

15. Quantos filhos ou dependentes você possui?

16. Você está grávida?

1. Sim 2. Não

17. Qual a idade dos seus filhos?

- | | | |
|--|--------------------------------|--------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1.0 | <input type="checkbox"/> 2.1 | <input type="checkbox"/> 3.2 |
| <input type="checkbox"/> 4.3 | <input type="checkbox"/> 5.4 | <input type="checkbox"/> 6.5 |
| <input type="checkbox"/> 7.6 | <input type="checkbox"/> 8.7 | <input type="checkbox"/> 9.8 |
| <input type="checkbox"/> 10.9 | <input type="checkbox"/> 11.10 | <input type="checkbox"/> 12.11 |
| <input type="checkbox"/> 13.12 | <input type="checkbox"/> 14.13 | <input type="checkbox"/> 15.14 |
| <input type="checkbox"/> 16.15 | <input type="checkbox"/> 17.16 | <input type="checkbox"/> 18.17 |
| <input type="checkbox"/> 19.18 | <input type="checkbox"/> 20.19 | <input type="checkbox"/> 21.20 |
| <input type="checkbox"/> 22.21 | <input type="checkbox"/> 23.22 | <input type="checkbox"/> 24.23 |
| <input type="checkbox"/> 25.24 | <input type="checkbox"/> 26.25 | <input type="checkbox"/> 27.26 |
| <input type="checkbox"/> 28.27 | <input type="checkbox"/> 29.28 | <input type="checkbox"/> 30.29 |
| <input type="checkbox"/> 31.30 | <input type="checkbox"/> 32.31 | <input type="checkbox"/> 33.32 |
| <input type="checkbox"/> 34.33 | <input type="checkbox"/> 35.34 | <input type="checkbox"/> 36.35 |
| <input type="checkbox"/> 37. Acima de 35 | | |

Você pode marcar diversas casas (20 no máximo).

A questão só é pertinente se $1 \leq \text{Quantidade de filhos} < 20$

18. Com que frequência leva os filhos para o atendimento médico?

- | | |
|---|---|
| <input type="radio"/> 1. 1 vez por mês | <input type="radio"/> 2. 1 vez a cada 2 meses |
| <input type="radio"/> 3. 1 vez a cada 4 meses | <input type="radio"/> 4. 1 vez a cada 6 meses |
| <input type="radio"/> 5. 1 vez por ano | <input type="radio"/> 6. Menos de 1 vez por ano |
| <input type="radio"/> 7. Nunca levo | |

A questão só é pertinente se $1 \leq \text{Quantidade de filhos} < 20$

19. Com que frequência você vai ao médico?

- | | |
|---|---|
| <input type="radio"/> 1. 1 vez por mês | <input type="radio"/> 2. 1 vez a cada 2 meses |
| <input type="radio"/> 3. 1 vez a cada 4 meses | <input type="radio"/> 4. 1 vez a cada 6 meses |
| <input type="radio"/> 5. 1 vez por ano | <input type="radio"/> 6. Menos de 1 vez por ano |
| <input type="radio"/> 7. Nunca vou | |

20. A busca por atendimento médico deve ser preventiva ou corretiva?

1. Preventiva 2. Corretiva

21. O número de filhos que você tem é superior ao que você queria ter?

1. Sim 2. Não

A questão só é pertinente se $1 \leq \text{Quantidade de filhos} < 20$

22. Quantos filhos ou dependentes na casa recebem o Bolsa Família?

A questão só é pertinente se $1 \leq \text{Quantidade de filhos} < 20$

23. Em média, há quantos meses recebem o Bolsa Família?**24. Apesar de não ter filhos, você já engravidou alguma vez?**

1. Sim 2. Não

A questão só é pertinente se $\text{Quantidade de filhos} = 0$

25. Com que idade você engravidou pela primeira vez?

A questão só é pertinente se $\text{Já engravidou alguma vez?} = \text{"Sim"} \text{ ou } 1 \leq \text{Quantidade de filhos} < 20$

26. Qual motivo te levou a engravidar?

- 1. Não sabia evitar filhos
- 2. O método falhou
- 3. Receber ajuda de programas sociais
- 4. Status na sociedade
- 5. Queria casar
- 6. O companheiro queria ter filhos
- 7. Queria ser mãe

A questão só é pertinente se $1 \leq \text{Quantidade de filhos} < 20$ ou Já engravidou alguma vez? = "Sim"

27. Se você ficasse grávida agora seria um problema?

1. Sim 2. Não

28. Diante de uma dificuldade financeira, o que você faria no caso de gravidez?

- 1. Cuidar do filho por conta própria
- 2. Cuidar do filho com a ajuda da família
- 3. Pedir a ajuda de desconhecidos e/ou programas sociais
- 4. Nunca pensou/ não sabe
- 5. Doar para família de boas condições
- 6. Doar para um desconhecido
- 7. Interromper a gravidez

29. Você já engravidou em um momento de dificuldade financeira?

1. Sim 2. Não

A questão só é pertinente se $\text{Já engravidou alguma vez?} = \text{"Sim"} \text{ ou } 1 \leq \text{Quantidade de filhos} < 20$

30. Em caso afirmativo, o que você fez?

- 1. Cuidou do filho por conta própria
- 2. Cuidou do filho com a ajuda da família
- 3. Pediu a ajuda de desconhecidos e/ou programas sociais
- 4. Doou para família de boas condições
- 5. Doou para um desconhecido
- 6. A gravidez foi interrompida espontaneamente
- 7. Interrompeu a gravidez

A questão só é pertinente se $\text{Gravidez/dificuldade financeira} = \text{"Sim"}$

31. Qual o principal programa social complementar a família participa, além do Bolsa Família? Se outro, qual?

- 1. Nenhum
- 2. Geração de trabalho e renda
- 3. Alfabetização de Jovens e Adultos
- 4. Orientações sobre saúde (amamentação, nutrição infantil, saúde sexual e reprodutiva)
- 5. Outros

32. Quais as duas principais atividades de lazer você realiza com mais frequência? Se outro, qual?

- | | |
|--|-------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1. Igreja | <input type="checkbox"/> 2. Esporte |
| <input type="checkbox"/> 3. Leitura | <input type="checkbox"/> 4. TV |
| <input type="checkbox"/> 5. Sair com a família | <input type="checkbox"/> 6. Outro |
| <input type="checkbox"/> 7. Não realiza | |

Você pode marcar diversas casas (2 no máximo).

APLICAÇÃO DOS RECURSOS

As questões a seguir referem-se a como você aplica os recursos recebidos pelo programa Bolsa Família.

33. Quais as duas principais prioridades na aplicação dos recursos do Bolsa Família?

- 1. Alimentar-se
- 2. Proporcionar segurança e recursos básicos para a família, remédios
- 3. Participar de atividades sociais
- 4. Material escolar
- 5. Completar a renda familiar
- 6. Melhorar de vida
- 7. Realizar sonhos (comprar TV, eletrodomésticos, móveis)

Você pode marcar diversas casas (2 no máximo).

34. Você concorda que os recursos do Bolsa Família atendem às necessidades de alimentação, saúde e educação da família?

- 1. Concordo totalmente
- 2. Concordo em partes
- 3. Concordo pouco
- 4. Indiferente
- 5. Discordo pouco
- 6. Discordo em partes
- 7. Discordo totalmente

RELACIONAMENTO FAMILIAR E EMPODERAMENTO

As questões abaixo dizem respeito à sua opinião sobre o relacionamento entre homens e mulheres.

GRUPO Nº1

- | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 35. A mulher deve obedecer ao marido ou companheiro | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 36. O homem deve ser o principal responsável pelo sustento da família | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 37. O homem deve tomar todas as decisões da família | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 38. A mulher deve dar satisfação ao homem | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 39. O homem precisa ajudar nas tarefas domésticas | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 40. A mulher precisa exercer atividade remunerada | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 41. A função da mulher na família está relacionada apenas ao cuidado da casa e dos filhos | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 42. Se a mulher for agredida fisicamente pelo companheiro ela deve perdoar | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

Concordo totalmente (1), Concordo em partes (2), Concordo pouco (3), Indiferente (4), Discordo pouco (5), Discordo em partes (6), Discordo totalmente (7).

COOPERATIVA

Essas questões referem-se ao trabalho na cooperativa.

43. Você participa de alguma cooperativa?

- 1. Sim
- 2. Não

- | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 44. O trabalho na cooperativa te proporciona uma maior auto-estima | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 45. O trabalho na cooperativa traz um complemento de renda para a família | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| 46. O trabalho na cooperativa aumentou a qualidade de vida da sua família | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

Concordo totalmente (1), Concordo em partes (2), Concordo pouco (3), Indiferente (4), Discordo pouco (5), Discordo em partes (6), Discordo totalmente (7).

BOLSA FAMÍLIA E RELACIONAMENTO FAMILIAR

As questões abaixo referem-se à influência do Bolsa Família nas relações familiares.

47. Quais as exigências do Bolsa família você conhece?

1. Educação 2. Saúde 3. Assistência Social

Educação, Saúde e Assistência Social

--

1 2 3 4 5 6 7

48. A realização das condicionalidades do Programa Bolsa Família diminuiu o tempo destinado às outras atividades da família ○○○○○○○○

49. Com o Bolsa Família a mulher pôde cuidar exclusivamente dos filhos, sem preocupar-se em trabalhar ○○○○○○○○

50. O Bolsa Família aumentou a sua autoridade e respeito em casa ○○○○○○○○

Concordo totalmente (1), Concordo em partes (2), Concordo pouco (3), Indiferente (4), Discorda pouco (5), Discorda em partes (6), Discorda totalmente (7).

51. Quais as atividades mais realizadas por você após o recebimento dos recursos do Bolsa Família?

1. Participação em reuniões escolares
2. Acompanhamento da frequência escolar dos filhos
3. Manter o calendário de vacinação das crianças em dia
4. Realizar a agenda pré e pós natal (no caso de gestantes)
5. Participação em atividades educativas ofertadas pelo MS sobre o aleitamento materno e alimentação saudável
6. Participar (quando for o caso) de programas de alfabetização de adultos
7. Participação em cursos de qualificação e geração de trabalho e renda
8. Outras

Você pode marcar diversas casas (3 no máximo).

--

1 2 3 4 5 6 7

52. Com o Bolsa Família as suas responsabilidades pela família aumentaram ○○○○○○○○

53. O Bolsa Família aumentou seu crédito no mercado ○○○○○○○○

54. Com o Bolsa Família, a família teve mais acesso a médicos e assistência à saúde ○○○○○○○○

55. Com o Bolsa Família, a família teve mais oportunidades de estudar, fazer cursos de capacitação e qualificação ○○○○○○○○

56. Se o Bolsa família acabasse iria atrapalhar o estudo dos filhos ○○○○○○○○

57. O Bolsa Família valoriza a mulher na sociedade ○○○○○○○○

Concordo totalmente (1), Concordo em partes (2), Concordo pouco (3), Indiferente (4), Discorda pouco (5), Discorda em partes (6), Discorda totalmente (7).

58. Quem é o principal responsável pelos trabalhos domésticos na família?

1. Mulher 2. Homem 3. Filha
4. Filho 5. Outros

--

1 2 3 4 5 6 7

59. Com o Bolsa Família, o marido passou a dividir a realização das tarefas domésticas e ajudar no cuidado dos filhos ○○○○○○○○

60. O Bolsa Família modificou seu valor como cidadã ○○○○○○○○

61. A posse do cartão do Bolsa Família trouxe maior independência financeira em relação ao marido ○○○○○○○○

Concordo totalmente (1), Concordo em partes (2), Concordo pouco (3), Indiferente (4), Discorda pouco (5), Discorda em partes (6), Discorda totalmente (7).